

***Ourlândia do Norte: Grandes Projetos,
garimpos e experiências sociais na construção
do município.***

**Antonio Ronaldo Alencar
William Gaia Farias**

***Ourilândia do Norte. Grandes Projetos,
garimpos e experiências sociais na construção
do município.***

1ª edição

**Belém – Pará
2008**



Capa

Laércio Miranda (Point Art comunicação visual)

Paginação

Cecília Rodrigues da Silva

Revisão

José Miguel Alves

Impressão

Gráfica Universitária - Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de catalogação na Publicação (CPI)
(Biblioteca Central da UFPA, Belém-PA-Brasil)

Alencar, Antonio Ronaldo

Ourilândia do Norte: grandes projetos, garimpos e experiências sociais na construção do município/Antonio Ronaldo Alencar, William Gaia Farias. 1. ed. - Belém: Açai, 2008. 130 p.

ISBN978-85-61586-00-3

1. Ourilândia do Norte - História. 2. Ourilândia do Norte - Condições econômicas. 3. Migração interna - Ourilândia do Norte. I. Farias, William Gaia. II. Título.

CDD - 22. ed. 981.15

Copyright©2007, Editora Açai

Todos os direitos autorais desta edição são reservados aos autores.

Telefones: 3226-8108; 8203-4677

E-mail: editoraacai@gmail.com

“A história recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os fatos passados, em função das suas necessidades atuais. É em função da vida que ela interroga a morte. Organizar o passado em função do presente: assim poderia definir a função social da história” (Lucien Febvre: 1949. p. 348).



Agradecimentos

A lista de pessoas que são merecedoras de agradecimentos, por terem participado de alguma forma na construção deste trabalho, é imensa. Esperamos não decepcionar nenhum amigo ou colaborador se o devido nome não for mencionado.

Em primeiro lugar, agradecemos a Deus por nos ter concedido a força para pesquisa e dissertação desta obra. Aos nossos familiares, por tudo que fizeram por nós, porque pais, mães, irmãos, esposas e filhos são fontes de equilíbrio importantes para obtermos bons resultados profissionais. Contudo, algumas vezes não damos a devida atenção por nos isolarmos no mundo da pesquisa, por isso cabem, também, os pedidos de desculpa e compreensão.

Agradecemos à gentileza dos amigos que cederam fotografias, mapas, revistas e entrevistas. Que, sem medo, disponibilizaram os seus conhecimentos e sua memória a serviço deste trabalho. Entre esses valorosos amigos se destaca o saudoso Gonçalo Pereira Sampaio que, por decisão divina, veio a falecer poucos dias depois de conceder-nos uma entrevista.

Às autoridades de Ourilândia do Norte, por todo apoio dado a esta obra desde o início do projeto,-obrigado.

Acrescentamos agradecimentos à empresa Mineração Onça Puma/CVRD que, acreditou em nosso trabalho e nos ajudou a levar ao conhecimento da sociedade esta versão de parte da história de Ourilândia do Norte patrocinando a edição dessa obra respeitando os autores e acima de tudo à liberdade do pensamento intelectual.

“Que Deus abençoe a todos”.



Prefácio

“Ourilândia do Norte. Grandes Projetos, garimpos e experiências sociais na construção do município” é um título sugestivo que prioriza a apreensão quanto à participação dos imigrantes no processo e construção do município, pois se trata do resultado de uma pesquisa histórica, também pioneira, como é a própria temática e como foram os imigrantes construtores do município. Este livro que se sustenta em importante pesquisa sobre a formação da cidade de Ourilândia do Norte deve ser entendido como uma oportuna contribuição à História da Amazônia, pois aborda aspectos significativos da micro-região Sudeste do Pará, reconstruindo experiências de grupos sociais que imigraram durante a década de 1980.

A obra abre caminhos para novas abordagens acerca da História da Amazônia, principalmente se considerarmos a limitada produção literária sobre o Sudeste do Pará, que é uma área de ocupação recente, sobretudo quando comparada com o Nordeste paraense.

Mas, o peso do livro não consiste apenas em seu pioneirismo, merecendo destaque, a forma como se abordou a temática, situando a formação da sociedade ourilandense no centro das amplas transformações ocorridas na Amazônia, a partir da década de 1960: a política dos governos das décadas de 1970 e 1980; o Programa Grande Carajás; a abertura de rodovias estaduais e federais; a política migratória e, principalmente, a implementação do Projeto Tucumã, pela Construtora Andrade Gutierrez (CONSAG).

O livro apresenta a importância dos Grandes Projetos na Amazônia e da atividade mineradora para a formação de correntes migratórias e surgimento de comunidades, vilas e municípios no Sul e Sudeste do Pará. Aponta ainda para o significado deste processo na constituição de núcleos urbanos, tais como Ourilândia do Norte e Tucumã.

Adentrando no caso particular de Ourilândia do Norte, as investigações realizadas objetivaram reconstruir as experiências vivenciadas por diversos grupos de migrantes atraídos pela febre

do ouro, divulgada pelos caminhos da oralidade, ou ainda, pela possibilidade da posse da terra, propagada pela Construtora Andrade Gutierrez, a partir de várias ações como a divulgação de panfletos prometendo terras férteis e incentivos para colonos sulistas, além de uma infra-estrutura que no papel, e somente nele, era algo admirável.

Nessa empreitada perseguiu-se a reconstrução do processo histórico do município de Ourilândia do Norte, apreendendo as ações dos sujeitos como funcionários da CONSAG, migrantes, colonos, garimpeiros, comerciantes, policiais, prostitutas, grileiros etc.; em experiências e conflitos, acordos, negociações, socialização e solidariedade, não esquecendo de reconstruir as ações de homens que já se encontravam na localidade no momento das primeiras transformações, tais como indígenas e agricultores.

Com esta obra acreditamos que a História do município de Ourilândia do Norte e dos municípios situados às margens da Rodovia PA-279 deixará de ser representada de forma a-crítica apenas pelos relatórios de governo, prefeituras e empresas, recebendo a ênfase do *fazer-se* História através das ferramentas do historiador, ganhando também outros espaços de leitura e discussões nas escolas, congressos e lares de homens, mulheres e crianças que de alguma forma participaram e participam da História do município.

Tudo isto é possível porque o historiador, mais do que o alquimista reconstrói a vida social estando em constante viagem pelo “túnel do tempo”. É um viajante do passado e protagonista do presente envolvido no eterno *fazer-se* que lhe possibilita entender as coisas da vida social que o tempo bem que tenta deixar para trás, mas inquieto e curioso, o historiador, interrogando as fontes e imaginando as ações, se empenha em reconstruir.



Sumário

INTRODUÇÃO.....	15
1. CHEGADA, OCUPAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE.....	19
1.1. A migração e os grandes Projetos da Amazônia.....	20
1.2. A garimpagem e a ocupação territorial.....	33
1.3. As transformações causadas pelo fluxo migratório.....	35
1.4. A constituição do Projeto Tucumã.....	42
1.5. A emergência do povoado de Ourilândia do Norte.....	45
2. AS RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE OS GRUPOS DE IMIGRANTES.....	69
2.1. A formação de grupos e a participação nos movimentos sociais.....	70
2.1.1. PA-279: a rodovia das dificuldades.....	77
2.1.2. O episódio da corrente e o imaginário popular.....	80
2.1.3. Movimento de ocupação das terras do Projeto Tucumã.....	87
2.2. Emancipação: luta comum entre os grupos.....	103
2.2.1 A preparação do processo de emancipação e a discussão do nome do município.....	105
2.2.2. O projeto de emancipação.....	107
3. CONCLUSÃO.....	121
4. FONTES UTILIZADAS.....	127
4.1. Revistas e apostilas.....	128
4.2. Documentos oficiais.....	128
4.3. Jornais.....	130
4.4. Fontes orais.....	131
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133



Introdução

Ourilândia do Norte: Grandes Projetos, garimpos e experiências sociais na construção do município é uma obra que, organizada em três capítulos, pretende contar a história de Ourilândia do Norte, considerando principalmente a importância dos migrantes que possibilitaram que a escrita de suas histórias de vida se adentrasse ao processo de construção da cidade que nasceu da busca pelo ouro no período de 1981 a 1988. É partindo das memórias de vida destes migrantes que procura-se investir na escrita da história do próprio município.

Essa empreitada requer atenção às várias transformações ocorridas na Amazônia ao longo do período que vai das décadas de 1950 a 1980, sendo necessária a compreensão acerca dos movimentos migratórios, das políticas públicas dos governos militares para a Amazônia e da descoberta de minério, além do entendimento dos significados simbólicos de espaços disputados pelas comunidades que fizeram parte do processo de construção de Ourilândia do Norte.

O primeiro capítulo atenta-se aos Grandes Projetos da Amazônia e sua relação com o surgimento da localidade de Ourilândia, demonstrando que a construção da cidade foi resultado da chegada de vários grupos sociais que se deslocaram com expectativas de melhoria de condições de vida, que acreditavam ser realizadas nas terras amazônicas. Assim, verifica-se a forte campanha do governo federal em meados do século XX, notadamente no período de 1950-80 com fins de implantar as políticas “desenvolvimentistas” de “ocupação da Amazônia” por intermédio dos Grandes Projetos de mineração e agropecuários.

Com o objetivo de compreender o processo que levou à criação do município de Ourilândia do Norte, foi necessário investigar o planejamento, negociação e execução do Projeto Tucumã, considerando as formas de intervenção governamental, principalmente em instância federal, mais preocupada com a exploração das reservas de recursos naturais. Nesse sentido, no capítulo inicial, analisamos a movimentação migratória relacionada

aos projetos do Programa Grande Carajás – PGC e a atuação das empresas envolvidas e interessadas nos negócios da mineração como a Companhia Vale do Rio Doce – CVRD. No tratamento da entrada das empresas na região, discutimos também os programas de incentivos fiscais criados pelo governo para patrocinar a implantação de tais projetos.

A respeito das transformações processadas no período, destacamos a garimpagem na região do Sudeste do Pará e a intervenção do governo federal em defesa da exploração mineral e em benefício do equilíbrio da balança comercial do Brasil, bem como as próprias necessidades de sobrevivência de milhares de imigrantes excluídos, oriundos de diversas regiões do país.

O segundo capítulo é centrado nas relações sociais que envolveram diferentes grupos de imigrantes que se encontraram na localidade de implementação do Projeto Tucumã e contribuíram para formação de uma nova comunidade. Assim, analisamos os principais conflitos entre os grupos de imigrantes e os principais movimentos sociais como parte do processo de integração, sociabilidade e solidariedade entre os imigrantes que formaram a comunidade e, juntamente apresentadas a partir das fontes orais que revelam detalhes da política discriminatória elaborada para desarticular os grupos de migrantes que não se enquadravam nos moldes do colono idealizado pela cúpula do poder e, que, acumulavam-se nas fronteiras do projeto. Destacamos, sobretudo, os problemas sociais gerados pelo fracasso do Projeto Tucumã, os quais levaram milhares de imigrantes a situações de sofrimento e grandes constrangimentos, bem como, o fracasso econômico de inúmeros colonos vindos do Sul do país atraídos pela propaganda da Construtora Andrade Gutierrez – CONSAG, que apresentava o Projeto Tucumã como um empreendimento próspero e pujante que seria o “novo eldorado”, sob *slogans* do tipo: “*Tucumã: vida nova no sul do Pará*”.

No último capítulo, a discussão central é o processo de emancipação de Ourilândia do Norte, refazendo-se toda a trajetória,

desde a construção do povoado, do distrito até chegar à condição de município. Destacamos a atuação dos moradores em busca de apoio para a emancipação do povoado de Ourilândia, revelando nuances poucos conhecidos pelos moradores mais recentes, como a discussão para a escolha do nome, a identificação dos autores do projeto de emancipação e a decisiva participação popular para o andamento do processo na Assembléia Legislativa e no Palácio do Governo do estado do Pará.

Em toda a obra destacamos a importância da participação popular nos momentos mais difíceis da comunidade. Entre os quais, o episódio da corrente, o desabastecimento de 1985 em função do difícil tráfego da PA-279, a invasão das terras do Projeto Tucumã, a urbanização da cidade e a emancipação política administrativa de Ourilândia do Norte.

Capítulo 1

Chegada, ocupação e a constituição da comunidade

1.1. Movimentos migratórios e os Grandes Projetos na Amazônia

O surgimento de Ourilândia do Norte, data do início de 1981, ano em que a Construtora Andrade Gutierrez - CONSAG iniciou o trabalho de colonização previsto no Projeto Tucumã. A localidade recebeu grandes fluxos de imigrantes de todas as regiões do país e do próprio estado do Pará.

É preciso considerar que os fluxos migratórios ocorrem por questões diferentes. A respeito dos tipos de fluxos e colonização, Darcy da Silva apresenta três formas básicas de colonização, quais sejam: a *espontânea*, caracterizada pelo estabelecimento de grupos sociais em uma determinada região, com seus próprios recursos e por “livre” iniciativa; a *dirigida*, que envolve um mínimo de orientação e estímulo quanto à escolha ou organização da área a ser colonizada; a *planejada*, que consiste na elaboração do planejamento global, desde a escolha da área geográfica, da seleção dos grupos que irão ocupá-la, até o aproveitamento dos recursos e da atividade econômica a ser realizada¹.

Mas, entre os pesquisadores que tratam do tema, há discordâncias quanto a esta divisão definida por Darcy da Silva². Jean Hébette e Rosa Acevedo Marin³ interpretam que as diferentes formas de colonização, na realidade, são decorrentes dos fundamentos das forças políticas que se encontram em ação no momento de sua implementação. Sendo assim, a colonização

¹ REYDON, Bastiaan Philip e MUNIZ, Maria José Dantas. **Colonização na Amazônia: uma alternativa para seu desenvolvimento sustentável?** Ensaio. Disponível em <http://www2.eco.unicamp.br/projeto/mterras/amazonia.pdf>.

² SILVA, Darcy da. “Colonização e Zonas Pioneiras”. In: **Anais da Associação dos Geógrafos**, Vol. XVIII, São Paulo, 1973, p. 197/98.

³ HÉBETTE, Jean & ACEVEDO, Rosa (1979). **Colonização para Quem?** Belém: Universidade Federal do Pará – NAEA, série Pesquisa ANO I, Nº1. p.2.

espontânea e a dirigida não são, necessariamente, processos distintos. Nesse sentido, as medidas políticas, quaisquer que sejam suas formas (impositiva, incentivadora, permissiva ou omissiva), são seletivas, podendo ser originadas tanto no local que se processou a migração quanto no local da imigração. Em países como o Brasil, que apresenta uma parcela substantiva da população vivendo abaixo da média de pobreza, a possibilidade de ocupar determinadas áreas relativamente descolonizadas permite que mesmo as colonizações espontâneas tenham alguns elementos mais comuns às dirigidas.

De qualquer forma, por meio de processo espontâneo ou dirigido de imigração, de forma separada ou não, o Projeto Tucumã se traduz em modelo clássico de política que motivou o deslocamento de inúmeras famílias de várias regiões do Brasil. É evidente que a atrativa propaganda da CONSAG, divulgando a existência de terras abundantes, de boa qualidade e com planos de pagamentos acessíveis e assistência técnica aos assentados (*Figura 01*), produziu fluxos de migração dirigida e espontânea, ressaltando que, no caso de Ourilândia do Norte, o fluxo de migração foi mais espontâneo. A ampliação desta imigração ocorreu, também, pela propaganda veiculada nos meios de comunicação sobre o surgimento de garimpos, produzindo a idéia do “Novo Eldorado”.

O Projeto Tucumã, na sua concepção original, seria sustentado em uma colonização planejada e voltada para o atendimento aos pequenos e médios colonos do Sul do país, especialmente do estado do Paraná, que foi o maior cedente de população sulista migrada para área do referido projeto.

Entre as justificavas para explicação do direcionamento destaca-se a supervalorização das terras do Sul do país que limitavam a produção e o crescimento destes colonos, os quais encontrariam no Projeto Tucumã a oportunidade de ampliar suas propriedades e produção (*Figura 02*).

O entendimento dos fluxos migratórios requer considerações sobre o conjunto de políticas públicas que envolveram projetos, planos e programas direcionados à Amazônia a partir da década de 1950, momento de investida do governo Juscelino Kubstcheck na construção da rodovia Belém–Brasília, com o objetivo de garantir a integração nacional. Mas, isso significou apenas o início, quando comparado à política dos governos militares para Amazônia.

O processo de seleção empreendido pela CONSAG com o objetivo de garantir a escolha dos colonos que deveriam ocupar o Projeto Tucumã, dentro de um perfil previamente estabelecido pela empresa, levou a exclusão de várias famílias de imigrantes por não contarem com recursos financeiros para aquisição de lotes urbanos e rurais dentro do projeto. Mas, isso não foi suficiente para fazer com que estas famílias deixassem de migrar para área do projeto e permanecessem no portão do mesmo, aventurando-se em outras atividades, dentre as quais merecem destaque a garimpagem e o comércio de apoio aos garimpos. Dessa forma, o sonho da conquista de terras na periferia do projeto fez com que muitas famílias não deixassem a região ao se defrontarem com os primeiros obstáculos. Nesse embate de interesses apresentados pela empresa e pelos imigrantes, ocorreu uma série de eventos relativos aos setores econômicos, sociais, políticos e culturais que fizeram da divisa do Projeto Tucumã um lugar rico de interessantes histórias de fronteiras. Foi nesse emaranhado que surgiu o município de Ourilândia do Norte.

A partir de 1950, o projeto de “colonizar para ocupar” a Amazônia era questão central para o Estado, que passou a atuar por meio do estabelecimento de intervenções nos setores de infraestrutura, transporte, comunicações, como a construção da rodovia Transamazônica e de planos e programas especiais de colonização.

Na década de 1960, esse tipo de investimento na Amazônia por parte do governo federal aumentou significativamente, destinado principalmente à produção de infra-estrutura. O ímpeto de integrar a região com as áreas mais industrializadas do país era grande e estes investimentos destacam-se com o Programa Rodoviário Nacional para a Amazônia. Assim, procurou-se concluir a Belém-Brasília e construir outras extensas rodovias como a Transamazônica, a Perimetral Norte, a Cuiabá-Porto Velho, a Manaus-Porto Velho e a Santarém-Cuiabá. Expressivos também foram os investimentos relacionados ao Programa Grande Carajás, como a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e as instalações portuárias de Vila do Conde, em Barcarena, a infra-estrutura da cidade de Marabá, centro do PGC e a ferrovia Carajás-Ponta da Madeira.

As ações do regime militar não mudaram apenas a estrutura política, sendo responsável também pela transformação do cenário econômico da região, que por meio de inúmeros projetos, visava a integração da região amazônica ao restante do Brasil, de modo a viabilizar o investimento do capital estrangeiro e o fortalecimento das grandes empresas do Sul e Sudeste do país, além de assegurar a dominação dos militares na política.

No campo econômico, os governos militares, sustentados no discurso de que deveriam promover o progresso do país, procuraram transpor a autonomia dos estados, já que os interesses nacionais seriam obrigação de todos. A política econômica dos governos militares se sustentava no incentivo às grandes empresas brasileiras e estrangeiras para explorar os recursos naturais na Amazônia. Com essa finalidade, criou-se várias organizações voltadas à exploração econômica da região.

Dessa forma, em outubro de 1966, o Estado partiu para elaboração da Operação Amazônica, cuja tarefa inicial foi a preparação de um grande diagnóstico com objetivo de detectar as principais deficiências e potencialidades amazônicas. No texto

da referida lei, dentre outros pontos, definiu-se treze objetivos do governo em relação à região, dos quais se destacam o estabelecimento dos chamados pólos de desenvolvimento, incentivo à imigração, incentivos ao capital privado, desenvolvimento da infra-estrutura e financiamento de pesquisas sobre os recursos naturais.

Partindo da Operação Amazônica, o governo elaborou e investiu em vários planos de desenvolvimento no período, sendo que seus principais investimentos foram em infra-estrutura básica nos setores industrial e agropecuário. No período em questão organizaram-se grandes planos de desenvolvimento, sendo o primeiro implantado entre os anos de 1972 e 1974.

Em 1966, o governo substituiu a Superintendência da Valorização da Amazônia - SPVEA, (criada em 1953), pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que passaria a ser responsável pela inserção da região nos quadros da economia nacional. O Banco de Crédito da Borracha foi reorganizado e passou a ser chamado de Banco da Amazônia S.A, em 1970. No ano de 1974, o governo fundou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e nessa linha ainda criou órgãos tidos como secundários, mas estratégicos para promover a distribuição de terras na região, como o Instituto Brasileiro de Defesa Florestal - IBDF, e o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins - GETAT.

No que diz respeito aos planos, o governo federal criou os seguintes: Plano de Integração Nacional - PIN, em 1971; o I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, no ano de 1971 quando também criou o Plano de Desenvolvimento da Amazônia - PDAM; em 1974 foi publicado o II Plano Nacional de Desenvolvimento 1971. Considerando os diagnósticos, os governos militares também investiram na criação de programas

destinados a setores específicos. Em 1974 criou o Programa de Redistribuição de Terras – PROTERRA e entre 1975 e 1979 colocou em execução um programa de desenvolvimento, conhecido como POLAMAZÔNIA, que estabelecia a criação de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (1975-79), cujo objetivo era ampliar os meios de transportes e comunicação, a intensificação de atividades voltadas à exportação na Amazônia, tais como a carne bovina, madeira e minerais, no qual era previsto investimento em 15 grandes “pólos de desenvolvimento”, entre os quais estava o Carajás.

A Superintendência da Valorização da Amazônia (SPVEA), com sede em Belém, foi o primeiro órgão oficial excepcionalmente voltado para Amazônia Legal. Ela foi resultado do reconhecimento do governo brasileiro dos diversos fracassos de tentativas anteriores de promover o desenvolvimento da indústria da borracha e da economia da Amazônia. Segundo Hall, na tentativa de se implementar, na região Norte, políticas governamentais, a partir das décadas de 1950/64, o governo elaborou um plano de desenvolvimento regional que seria gerenciado pela SPVEA, cuja finalidade era estimular atividades extrativas, agrícolas, pastoris, minerais e industriais. A “Amazônia Legal” passou a cobrir uma área de cinco milhões de quilômetros quadrados, ou 60% do território brasileiro. Deu-se prioridade máxima à agricultura, ao melhoramento do transporte fluvial, às instalações portuárias e aos problemas de saúde da região.

Após uma década de operação, a SPVEA conseguiu realizar poucas obras de infra-estrutura que possibilitassem a realização dos objetivos propostos, modernizou em parte as instalações portuárias e conseguiu criar algumas grandes indústrias. Sua maior obra foi a construção da Belém-Brasília, com percurso de 2.000 quilômetros, concluídos em 1960 e pavimentados em 1973. Estima-se que a rodovia federal

conseguiu atrair 174.000 migrantes no período de 1960-70, de forma desordenada e não planejada, abaixo da previsão inicial de 320.000 colonos,⁴ pois a “A Belém–Brasília foi, na verdade, a primeira de várias grandes estradas que atualmente cruzam a Bacia Amazônica e que facilitaram a penetração e a ocupação em grande escala da região”.⁵

Períodos	Governo	Principais ações para Amazônia
1966 – 1970	Castelo Branco/ Costa e Silva	Operação Amazônica
1970-1974	Costa e Silva/ Médice	Implantação do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento - PND. Em 1970 entra em vigor o Plano de Integração Nacional - PIN, destinado à projetos rodoviários, programa de colonização e grandes investimentos na agropecuária e projetos de exploração mineral.
1974-1978	Geisel	Elaboração e início da implantação do POLAMAZONIA
1979-1985	Figueiredo	PGC – Programa Grande Carajás

⁴ HALL, Anthony L. **Amazônia, desenvolvimento para quem?** Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. RJ: Zahar, 1991, p. 25

⁵ *Ibid.* p. 26.

Principais elementos da estratégia de ocupação da Amazônia (1966 a 1980)		
Ano	Programas, projetos e órgãos executores	Objetivos
1966	SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia/Ministério do Interior	Coordenar e supervisionar programas e planos regionais; decidir sobre a redistribuição de incentivos fiscais.
1967	SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus/Ministério do Interior.	Integrar a porção ocidental da Amazônia, mediante a criação de um centro industrial e agropecuário e isenção de impostos.
1968	Comitê Organizador dos Estudos Energéticos da Amazônia/Ministério das Minas e Energia.	Supervisionar estudos referentes ao aproveitamento do potencial energético.
1968	Incentivos Fiscais/Sudam.	Promover investimentos na região, por meio de deduções tributárias significativas.
1970	PIN – Programa de Integração Nacional/Ministério do Interior.	Estender a rede rodoviária e implantar projetos de colonização oficial nas áreas de atuação da SUDENE e SUDAM.
1970	PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste/Ministério do Interior.	Promover a capitalização rural.
1970	INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária/Ministério do Interior.	Executar a estratégia de distribuição controlada da terra.
1974	POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia/Ministérios do Interior, Agricultura e Transporte.	Concentrar recursos em áreas selecionadas visando o estímulo de fluxos migratórios, elevação do rebanho e melhoria da infraestrutura urbana.
1980	GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins.GEBAM – Grupo Executivo para a Região do Baixo Amazonas/SGCSN-PR.	Regularização fundiária, discriminação de terras e distribuição de títulos.
1980	PGC – Programa Grande Carajás/Seplan-PR	Explorar de forma integrada, em grande escala, recursos minerais e agro-florestais da região.

Fonte: BECKER, B. K. “A fronteira em fins do século XX. Proposições para um debate sobre a Amazônia”. In: **Espaço e debates**. Nº. 13. Edição especial. Ano IV, 1984.

Na concepção do Estado, seria necessário incentivar a produção regional de modo a garantir o desenvolvimento da Amazônia. Sendo assim, adotou-se uma política de substituição de importações regionais, de modo a garantir a produção de bens que eram importados. Contudo, essa medida apresentou problemas, devido ao próprio limite do fluxo de mercadorias na região e à situação difícil das empresas regionais na concorrência com os grandes grupos multinacionais.

Com a conclusão da rodovia Belém-Brasília, no início da década de 1960, o problema dessa medida de substituição das importações evidenciou-se. As melhores condições de transporte viabilizaram o escoamento da produção dos grandes centros do Sul e Sudeste do país que, por produzirem em grande escala, diminuía os custos e tinham qualidade superior às das indústrias locais. Ademais, na indústria local predominavam os empreendimentos familiares com um modesto volume de capital para investimento, o que tornava mais difícil garantir condições favoráveis na concorrência. A respeito desse contexto, a historiadora Leila Mourão observou que, a partir da intensificação do funcionamento da Belém-Brasília, o melhor acesso de transporte possibilitou o aumento de produtos do Centro-Sul que, com vantagens nos custos de produção, passaram a predominar no mercado local, principalmente porque o Estado não adotou medidas compensatórias⁶.

A nova política de incentivos fiscais dificultou a atuação de empresas regionais dentro do sistema de concorrência nacional desencadeado na própria região por meio do projeto de integração nacional, no qual as empresas de capital reduzido e de pequena dimensão passaram a disputar abertamente a preferência comercial da região. Todavia, a indústria local encontrava-se em desvantagem devido à complexidade do processo de obtenção

⁶ MOURÃO, Leila. **Memória da indústria paraense**. Belém: FIEPA, 1989.

de créditos fiscais a que eram submetidas as pequenas e médias empresas da região. Um desses obstáculos consistia no fato de que a legislação adotada pelo governo determinava que as firmas interessadas em concorrer aos incentivos fossem estabelecidas sob a forma de sociedade anônima, o que consistiu em fator excludente, uma vez que a maioria dos estabelecimentos fabris da região era de origem individual ou familiar.

O PIN destinava 30% dos fundos de incentivos fiscais para obras de infra-estrutura na Amazônia, com os quais foi financiada a construção de 5.000 quilômetros da Transamazônica, ligando o Nordeste às áreas definidas para assentamentos.⁷

O PND e o PDAM surgiram como uma tentativa do governo corrigir pontos de estrangulamento e acelerar a proposta inicial de integração através de uma ação mais setorial e planejada. Na seqüência veio o PROTERRA que tinha a finalidade de promover a distribuição de terras devolutas para quem desejasse produzir na Amazônia, o que os militares consideravam a “reforma agrária”. Mas, como bem interpreta Hall, “... parece ter sido o de promover a agroindústria e criar uma nova classe de fazendeiros “modernos”, de porte pequeno e médio, a fim de substituir a tradicional agricultura de subsistência”.⁸

Com a criação do INCRA o governo pretendia assentar milhares de imigrantes atraídos para Amazônia pela propaganda oficial. Foram feitos novos investimentos e liberados recursos para construção da estrada Perimetral Norte, no total de 2.700 quilômetros ao longo da margem do rio Amazonas, objetivando a implantação de novas agrovilas. Foram desapropriados 64.000 quilômetros quadrados de terras às margens da rodovia Transamazônica, entre Altamira e Itaituba, nas quais o INCRA deveria

⁷ SOUZA, Carlos Augusto da Silva. **Urbanização na Amazônia**. Belém: UNAMA, 2000, p. 61-62.

⁸ HALL, Anthony L. *Op. Cit.* p. 30

implantar agrovilas que seriam atendidas por pequenas cidades denominadas de agrópolis e rurópolis. O resultado dessa política oficial de assentamentos foi um verdadeiro fracasso. Segundo Hall, entre o período de 1974-78 menos de 8% da meta de 100.000 famílias foram assentadas, ou seja, 7.647 famílias. Somente 27 das mais de cem agrovilas previstas foram implantadas. Fundou-se três agrópolis que não funcionaram como estava planejado e apenas uma rurópolis prosperou devido à localização privilegiada, no cruzamento das estradas Transamazônica e Cuiabá-Santarém.⁹

Outros fatores foram preponderantes para o “fracasso” da política de colonização ao longo da Transamazônica, entre os quais a falta de capacidade do INCRA para orientar os assentados sobre técnicas apropriadas de aproveitamento do solo amazônico, não considerando que os candidatos a colonos eram migrantes de outras regiões do Brasil, principalmente do Nordeste e do Sul, onde a capacidade do solo e as práticas agrícolas eram diferentes e, ainda, somava-se à falta de crédito direto ao pequeno produtor rural e falta total de infra-estrutura rural e urbana, que se agravava excessivamente com a rigidez do clima da região.

No período de 1975-81 foram adotadas políticas que abandonavam a colonização dirigida pelo Estado e davam prioridades para a iniciativa privada, abrindo caminho para o capital especulativo nacional e internacional. A partir de então, a política desenvolvimentista firmada no capital privado intensificou-se. Sob a justificativa de garantir o que consideravam desenvolvimento da Amazônia, os governos militares planejaram a exploração dos recursos minerais, garantindo vantagens para grandes empresas públicas e privadas. Por várias ocasiões agentes do alto do escalão do governo federal estiveram na região, juntamente com os representantes das grandes empresas e com a

⁹ *Ibid.* p.35.

direção do BASA com objetivo de negociar a exploração econômica da Amazônia.¹⁰

Desenvolver a região significaria incentivar a colonização e oferecer incentivos fiscais às grandes empresas privadas. Para isso, o governo implementava campanhas junto à imprensa nacional objetivando estimular o desenvolvimento no vasto território amazônico. Os incentivos oferecidos –tinham como objetivo oferecer vantagens às grandes empresas que desejassem se instalar no Norte do país.

Nesse sentido, desenvolvimento significava abertura de estradas e colonização a qualquer custo. Assim, surgiram diversos projetos empreendidos por grandes empresas com capital estrangeiro ou nacional, que se habilitaram a desenvolver atividades de mineração, energia e colonização para produção agrícola e pecuária, a exemplo do Projeto Jari, Programa Grande Carajás; Projeto Alcoa (no Rio Trombetas) e outros criados nas décadas de 1950-60. Somam-se a estes, os projetos de colonização privada, como o Projeto Sinop com 400.000 hectares, o Projeto Caranã com 700.000 hectares, o Projeto Indeco com 400.000 hectares. Destaca-se também o Contiguaçu, o Terra Nova, o Cooperlucas, o Cotia, o Campos Alegre e o Projeto Tucumã com 400.000 hectares, entre outros.

Esses projetos, na concepção original, deveriam ser capazes de promover o desenvolvimento da região em que estivessem atuando. De fato, ocasionaram diversas mudanças socioeconômicas promovidas nas operações intensivas de extração dos recursos naturais, os quais favoreceram a ocupação desordenada do espaço gerando núcleos urbanos em seu interior ou arredores.

Os Grandes Projetos produziram mudanças que não têm sido suficientemente analisadas, o que implica, muitas vezes, na

¹⁰ *Ibid.* p. 38.

falta de compreensão sobre a industrialização na Amazônia e os problemas sociais que se referem à pobreza e as precárias relações de trabalho, refletindo no processo de surgimento de cidades sem condições mínimas de infra-estrutura nos arredores do núcleo de execução desses projetos. Tudo isso conduz a grandes contradições entre o discurso desenvolvimentista dos governos e empresas e a precária condição de vida das comunidades situadas nas áreas dos Grandes Projetos.

A exploração irresponsável do ponto de vista da sustentabilidade ecológica, econômica, social e cultural, também se intensificou e mudou drasticamente a vida de nativos e migrantes. Na realidade, as relações econômicas e sociais na Amazônia entram no ritmo da dominação capitalista com exploração de recursos naturais e exploração da mão-de-obra.

No Pará, o Programa Grande Carajás, empreendido pela Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, levou a consideráveis impactos e transformações no meio ambiente e nas relações sociais e de trabalho das sociedades envolvidas na implantação e condução dos projetos. Houve expressivas alterações no espaço urbano das cidades e em suas proximidades, levando ao surgimento de novos núcleos urbanos, como por exemplo, no Pará, Marabá e Parauapebas e no Maranhão, Açailândia.

A partir da implantação do PGC, surgiu uma série de empresas subempreiteiras, selecionadas de forma estratégica pela matriz, as quais desenvolviam atividades diversificadas no que diz respeito à implantação do projeto. Essas empresas exerciam diferentes atividades: umas no setor da construção civil e siderurgia e outras no setor minério-metalúrgico. Nesse contexto de terceirização dos serviços da CVRD, ocorreu a formação de um mercado de trabalho diferenciado, sendo parte da mão-de-obra composta por trabalhadores não especializados, a maioria vindo de outros estados, especialmente do Nordeste, que foram contratados pelas subempreiteiras para exercer atividades mais

rústicas e outro grupo de trabalhadores especializados e privilegiados para compor o quadro de funcionários do alto escalão da CVRD, estes na sua maioria advindos de regiões com experiência na área de mineração e siderurgia, como Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Rio de Janeiro, para exercer os cargos técnicos e de gerenciamento.¹¹

1.2. A garimpagem e a ocupação territorial

A atividade garimpeira foi decisiva na formação do município de Ourilândia do Norte, tanto que os primeiros moradores eram basicamente garimpeiros, pequenos comerciantes, donos de restaurantes, mercados, farmácias e bordéis constituídos em função do garimpo.

A garimpagem em Ourilândia do Norte se desenvolveu a partir do fluxo de migração interna dos estados do Pará, em consequência do declínio da atividade extrativista, excepcionalmente na região do Araguaia/Tocantins; do Norte de Goiás, em razão do declínio da produção dos garimpos de pedras preciosas e de ouro explorados durante a penetração ocorrida com a construção da Belém-Brasília e do Maranhão, uma vez que esses estados há longas datas já possuíam intensa vocação para atividade mineradora.

Na região Norte, de maneira geral, a garimpagem não é recente, pois alguns estados possuem tradição nessa atividade desde o século XVIII com a extração de ouro e diamantes. Como exemplos temos Roraima, onde os portugueses negociavam mercadorias com os índios Macuxi e pagavam em ouro, no século XIX, no Amapá e no Maranhão. A garimpagem no Maranhão despertou o interesse de

¹¹ CASTRO, Edna. “Industrialização, transformações sociais e mercado de trabalho”. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila A.F.; MAIA, Maria Lúcia Sá (Orgs.). **Industrialização e Grandes Projetos**: Desorganização e reorganização Espaço. Belém: UFPA, 1995.

empresas nacionais e internacionais, mas que, em pouco tempo, fracassou devido às resistências políticas à participação estrangeira na região.

A atividade garimpeira no Pará foi retomada nas décadas de 1950 e 1960 com a concentração de jazidas na região do rio Tapajós e focos de garimpos em outros municípios como São Félix do Xingu, Altamira, Marabá, Almeirim, Origiminá, Gurupi, Senador José Porfírio, Itupiranga, Jacundá, Porto de Moz e Portel.¹² Porém, essa atividade refletiu pouco na urbanização das cidades na área destes garimpos. Segundo Armin Mathis, “em Itaituba o maior empregador era a Prefeitura”, mas teve grande importância na alteração das tradicionais relações de produção e de trabalho praticadas desde a extração da borracha e produtos silvestres, baseada quase que exclusivamente no “sistema de aviamento”.¹³

No final da década de 1960 a garimpagem tinha baixa produtividade e lucratividade, dependendo basicamente da alteração do preço no mercado internacional. Essa baixa produtividade se devia à utilização de equipamentos rudimentares, o metal era extraído pelo processo manual no qual só era possível a exploração do “ouro de aluviões superficiais”.¹⁴ Diversos fatores contribuíram para que esta crise fosse superada, dentre os quais se destacam a alta do preço do ouro em 1971, a conclusão da Belém-Brasília a construção das rodovias Transamazônica e da Santarém-Cuiabá, facilitando a ligação com os mercados financeiros e de mercadorias do Sul do país.

¹² Governo do Estado do Pará - Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará - IDESP (1977): Diagnóstico do Município de Itaituba, Belém (IDESP). *Apud.* MATHIS, Armin. “Garimpagem de ouro na Amazônia. Belém-Pará-Brasil”. **Papers do NAEA/UFPA.** Nº 36, 1995, p. 2.

¹³ É um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito ao trabalhador ou produtor, o qual restitui a dívida contraída com produtos extrativos e agrícolas, este sistema é usado na Amazônia desde o período colonial.

¹⁴ Ouro de aluviões superficiais: diz-se do ouro extraído do cascalho e areia encontrados na superfície do leito de pequenos rios e córregos.

Com o esgotamento do ouro de aluviões superficiais, novos mecanismos de extração tiveram que ser adotados para aumentar a produção, surgindo, assim, a garimpagem de sequeiros¹⁵ e de balsas para extração do ouro de “aluviões profundos”.¹⁶ Com a utilização de máquinas, foi possível lavar 7,5 vezes mais material (*Figura 03*), aumentando os ganhos de produção e produzindo efeitos devastadores sobre o meio-ambiente, causando o assoreamento dos rios e poluindo drasticamente as águas de rios garimpados.

Apesar da devastação causada pela mecanização da garimpagem, o governo federal, no período de 1979 a 1985, como consequência do aumento do preço do petróleo que deixou a balança comercial do Brasil negativa, despertou o interesse pela produção nacional de ouro e adotou políticas de incentivo ao aumento da produção de 4,5 em 79 para 100 toneladas em 1985, sem buscar soluções para os problemas ambientais.¹⁷

1.3. As transformações causadas pelo fluxo migratório

O estado do Pará, administrativamente, está dividido em seis mesorregiões (*Figura 04*). –Ourilândia do Norte está localizada na mesorregião do Sudeste paraense e na microrregião de São Felix do Xingu. Esta microrregião, atualmente, possui cinco municípios: São Felix do Xingu, Tucumã, Ourilândia do Norte, Cumaru do Norte e Banach. A mesorregião do Sudeste paraense possui o total de 36 municípios.

¹⁵ Denomina-se de sequeiro o garimpo que sai do leito do rio ou igarapé. Este tipo de garimpo passa por diversas fases: o rebaixamento com trator para remoção do material sem minério e o transporte da água através de mangueiras até a cata ou o transporte do material da cata até a água.

¹⁶ Ouro de aluviões profundo: diz-se do ouro extraído do cascalho e areia dos leitos de rios profundos.

¹⁷ MATHIS, Armin. “Garimpagem de ouro na Amazônia, Belém-Pará-Brasil”. *Papers do NAEA/UFPA*. N^o 36, 1995.

Tucumã

Surge um novo Brasil no Sul do Pará.

De acordo com o plano de desenvolvimento econômico e social, o Estado do Pará tem a obrigação de promover a colonização e o desenvolvimento agrícola em áreas de fronteira. O Projeto Tucumã é uma das iniciativas mais importantes para a realização deste plano.

O Projeto Tucumã é um empreendimento agrícola de colonização e desenvolvimento agrícola, que abrange uma área de 400.000 ha. no município de São Félix do Xingu. Localizado próximo a pólos importantes, como Carajás e Tucuruí, bem servido por vias de transporte e privilegiado pelas condições naturais, Tucumã vai suprir toda a região de produtos agrícolas e servi-la de infra-estrutura urbana e social, contando com três cidades e sessenta núcleos urbanos, escolas, hospitais, rede de água e energia, rodoviárias, aeroportos, centros de pesquisas agrícolas, cooperativas, etc. Sua implantação permitirá o assentamento de cerca de 3.000 famílias de pequenos e médios produtores e deverá ser modelo de aproveitamento racional e ordenado da região.

Esta portaria, que autoriza a Andrade Gutierrez a implantar o empreendimento, é parte do processo de colonização da área que teve início oficial há mais de 3 anos, através da concorrência pública INCR/DF/N.º02/78.

TUCUMÃ
VEJA NOVO BRASIL
 Um empreendimento planejado pela
 Andrade Gutierrez S.A.



Através da portaria n.º 054, o GETAT - Grupo Executivo das Terras do Araguaia e Tocantins aprovou o projeto "Tucumã Gleba I", primeira etapa do empreendimento de colonização e desenvolvimento agrícola, que abrange uma área de 400.000 ha. no município de São Félix do Xingu. Localizado próximo a pólos importantes, como Carajás e Tucuruí, bem servido por vias de transporte e privilegiado pelas condições naturais, Tucumã vai suprir toda a região de produtos agrícolas e servi-la de infra-estrutura urbana e social, contando com três cidades e sessenta núcleos urbanos, escolas, hospitais, rede de água e energia, rodoviárias, aeroportos, centros de pesquisas agrícolas, cooperativas, etc. Sua implantação permitirá o assentamento de cerca de 3.000 famílias de pequenos e médios produtores e deverá ser modelo de aproveitamento racional e ordenado da região.

Esta portaria, que autoriza a Andrade Gutierrez a implantar o empreendimento, é parte do processo de colonização da área que teve início oficial há mais de 3 anos, através da concorrência pública INCR/DF/N.º02/78.

Figura 01: Panfleto de divulgação do Projeto Tucumã, 1981. Arquivo pessoal de Rosângela Sampaio



Figura 03: Garimpeiros extraíndo ouro de sequeiro, após o esgotamento do ouro de aluvião, 1985. Foto do arquivo pessoal de Raimundo B. Caçula Cruz.



1.BELÉM- 2.MARAJÓ- 3.BAIXO AMAZONAS- 4.NORDESTE PARAENSE- 5.SUDOESTE PARAENSE - 6.SUDESTE PARAENSE.

Figura 04: Mapa do Pará por mesorregião

O Sudeste paraense, também comumente conhecido como Sul do Pará, foi ocupado durante o auge do ciclo da borracha no final do século XIX, e teve como centros urbanos principais Marabá e Conceição do Araguaia. Com o declínio da atividade gomífera nas primeiras décadas do século XX, outras atividades complementares, como o extrativismo da castanha e a atividade agropecuária, permitiram que estes centros urbanos se firmassem como pólos urbanos importantes do Sudeste paraense.

A partir da década de 60, o Sudeste paraense passou por um processo de ocupação mais intenso devido à dinâmica dos Grandes Projetos, que ligaram a economia da região aos centros capitalistas do Sul do país e ao mercado internacional.

Para melhor ilustrar esse quadro, basta verificar que em 1950 a população do sudeste paraense correspondia a 2% da população do Pará e em 1991 já representava 18% da total da população. O estado do Pará cresceu consideravelmente entre 1950 e 1991, pois saltou de 60 para 131 municípios. Portanto, foram criados 71 novos municípios, dos quais 32 eram na mesoregião do Sudeste paraense, cujo total é equivalente a 45% dos municípios criados nos últimos 30 anos, como pode ser constatado nas tabelas abaixo:

Tabela 1 - Participação das mesorregiões em relação à população total do Pará de 1950 a 1991.

MESOREGIÃO	1950	1960	1970	1980	1991
Belém	28,6	34,8	35,7	34,6	32,7
Marajó	14,1	11,6	9,9	8,3	6,4
Baixo Amazonas	13,6	14,4	14,1	13,7	11,3
Nordeste paraense	40,1	37,8	33,3	29,6	24,6
Sudoeste paraense	1,6	1,7	1,8	3,1	7,0
Sudeste paraense	2,0	2,7	5,2	10,7	18,0
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: SOUZA. *Op. Cit.* p.104.

Tabela 2 - Evolução da quantidade de municípios por mesorregião do Pará, a cada década de 1950 a 1991.

MESOREGIÃO	1950/60	1961/70	1971/80	1981/90	1991/93
Belém	6	9	9	9	10
Marajó	13	16	16	16	16
Baixo Amazonas	10	10	10	10	11
Nordeste Paraense	25	34	34	39	45
Sudoeste Paraense	2	4	4	8	13
Sudeste Paraense	4	9	9	22	36
TOTAL	60	82	82	104	131

Fonte: SOUZA. *Op. Cit.* p.104.

A profundidade das transformações ocorridas no Sul do Pará nas décadas de 80 e 90 se refletiu sobre o crescimento de cidades que surgiram e se estruturaram de forma desordenada e sem planejamento urbano.

A falta de infra-estrutura básica, saneamento, saúde, educação, etc., foi característica marcante destas cidades, produzindo grandes problemas sociais. Segundo Carlos Augusto, essa urbanização desordenada se deu dentro de um processo histórico ligado à nova ordem econômica imposta à Amazônia, a qual provocou os movimentos de migração espontâneos, induzidos ou dirigidos pelos Grandes Projetos oficiais e privados de colonização, de mineração, de madeireiros e agropecuários.¹⁸

Em decorrência da exploração das riquezas de Carajás, a população do Sudeste do Pará começou a expandir-se de forma intensa, gerando progressivamente conflitos sociais das mais diversas matizes. A reduzida oferta de emprego no mercado formal, a falência dos projetos de colonização social que expulsaram populações para as novas cidades, a pressão exercida pelos excluídos e a emergência da garimpagem manual como atividade subsidiária no emprego da mão-de-obra vão atrair cada vez mais populações para o Sul do

¹⁸ SOUZA. *Op. Cit.* p.72

Pará, atraídas pelo sonho de melhoria nas condições de vida e acesso ao trabalho. Todos esses fatores vão contribuir para agravar ainda mais a já tensa situação social no Sudeste Paraense.¹⁹

É nesse modelo de cidade emergente, resultante do fracasso do Projeto Tucumã que se enquadra Ourilândia do Norte (*Figura 05*). O ambicioso projeto, cujos objetivos iniciais previam a resolução dos problemas agrários da região, sucumbiu à burocracia e à especulação financeira sobre suas terras. Na verdade, o projeto Tucumã serviu ao interesse de um grupo econômico que se apropriou de suas terras com o propósito de obter a valorização imobiliária.

A especulação de terras no Projeto Tucumã foi tão evidente que basta verificar a evolução do preço destas. Comprado, inicialmente, da União pela CONSAG por um preço de US\$ 0,87, o hectare foi vendido para colonos a preços que variavam de US\$ 44 a US\$ 87, obtendo, assim, um lucro acima de 5.000%, muito além do lucro previsto pela empresa que deveria ser em torno de 14%.

Essa dissociação da realidade financeira foi fatal para o pequeno agricultor, que havia vendido seu pedaço de terra no Sul do país e que esperava comprar uma quantidade maior de terras com os recursos apurados a fim de expandir suas atividades agrícolas ou pecuaristas.²⁰ A decepção levou esses colonos a abandonar o Projeto Tucumã e a migrar seu pequeno capital para outras atividades mais lucrativas na região.

Observou-se, então, que um conjunto de políticas dirigidas ou patrocinadas pelo Estado a partir das décadas de 50 e 60 fez chegar à Amazônia um grande número de migrantes, de diferentes classes sociais e categorias de trabalho: empresários nacionais e

¹⁹ *Ibid.* p. 74.

²⁰ *Ibid.* p. 66.

internacionais, pequenos comerciantes, mascates, garimpeiros, prestadores de serviços, etc. Enfim, todos desejosos em explorar o potencial da região.

A transformação acelerada do Sudeste paraense com os fluxos migratórios ocorre em três etapas.

A primeira vai até 1980 com a abertura das estradas PA-150, PA-332, PA-130, BR-010 e BR-230. Fundamentalmente nas áreas Norte, Sul e Leste, no sentido de Tucuruí, Marabá, Conceição do Araguaia e outras cidades que já eram importantes núcleos urbanos antes da consolidação dos Grandes Projetos.

A segunda, a partir de 1980, rumo ao Oeste, de Redenção, Rio Maria e Xinguara, que apresentam um crescimento acelerado em função da garimpagem e da atividade madeireira.

A terceira, em 1982 quando se acelera o processo de ocupação rumo a São Felix do Xingu, em função da implantação do Projeto Tucumã, da garimpagem e da extração de madeira.

A “expansão da fronteira” rumo a São Felix do Xingu ganhou ritmo acelerado em 1982, depois da implantação do Projeto Tucumã e da abertura da estrada PA-279, que lhe dava acesso.²¹ Nas figuras acima, é possível perceber que, nesse mesmo ano, o núcleo urbano de Tucumã cresceu rapidamente com a chegada dos colonos e o surgimento de diversas construções (*Figura 06*).

1.4. A constituição do Projeto Tucumã

O Projeto Tucumã foi empreendido pela empresa Construtora Andrade Gutierrez (CONSAG), homologado pelo Conselho de Segurança Nacional em maio de 1979 e em seguida, autorizado pelo Senado Federal e pelo INCRA, sendo

²¹ *Ibid.* p. 74.

formalizado o contrato de domínio provisório da área de 400.000 hectares em julho de 1980. A construtora iniciou os trabalhos de colonização a partir de 22 de abril 1981. Entretanto, a história do Projeto Tucumã, tem início na década de 70 com a consolidação de vários projetos implantados como parte da política do governo militar. A primeira mobilização formal da CONSAG para empreender o Projeto Tucumã data de 1976, quando se registrou no INCRA como empresa colonizadora. Essa formalização da CONSAG junto ao INCRA agilizou o controle da futura pretensão da área de colonização. De acordo com alguns depoimentos, antes de 1980 já havia uma barreira em funcionamento na atual PA-279, a aproximadamente 90 quilômetros distantes de Xinguara, pois:

Antes de 1980 tinha uma barreira lá em Água Azul, na Fazenda Caiçara, onde hoje está sendo montando o Frigorífico, lá tinha que pegar a primeira autorização para entrar pra cá.²²
... então acontece que aí foi quando em 1975 este projeto foi instalado aqui, quando eu cheguei aqui este projeto já estava instalado, foi instalado no governo de Ernesto Geisel e que é certo quando eu vim pra cá em 81 já estava João Batista de Figueiredo no governo...²³

Apesar de a Andrade Gutierrez estar na área há alguns anos, o Projeto Tucumã só começou a ser implantado efetivamente no segundo semestre do ano passado, quando cerca de 600 homens iniciaram a construção da cidade de Tucumã, a abertura de estradas vicinais e a demarcação de lotes.²⁴

O controle sobre a área do Projeto Tucumã, antecedendo a década de 80, pode ser visto em um documento da SUDAM

²² Randes Gregório da Silva - MG. Entrevista realizada em 13/03/2003.

²³ Manoel Romão da Silva - MA. Entrevista realizada em 15/04/2003.

²⁴ Jornal Tribuna do Araguaia. Projeto Tucumã, 1981, recorte com identificação do periódico incompleta do arquivo pessoal de Rosângela Sampaio.

sobre a região Sul do Pará, datado de 1978, que revela a preocupação com a pressão migratória na região.

A concentração de fluxos populacionais vindos principalmente do Nordeste podem se configurar em sérios problemas para a proposta de planejamento... O mercado interno dispõe de capacidade produtiva para absorver esse excedente populacional. A pobreza generalizada contribui para o aumento dos conflitos que inviabilizam alguns dos investimentos realizados na área.²⁵

44 Considerando-se que o controle da área de pretensão do Projeto Tucumã já era exercido pela CONSAG na segunda metade da década de 70, é possível vislumbrar que o processo de licitação realizado em 1978 tenha sido uma armação com cartas marcadas, na qual participou como “concorrente” a Colonizadora e Representações do Brasil S.A. (COREBRASA). O fato da apropriação das terras dos Grandes Projetos de assentamentos e das terras cedidas a grandes investidores, antes de qualquer ato legal expedido pelo Estado brasileiro era mais comum do que se possa imaginar. Nesse sentido, a pesquisadora Marcionila Fernandes afirma:

A apropriação de parte dessas terras ocorreu antes de qualquer ato legal. O tamanho das áreas era determinado muitas vezes pela capacidade de investimentos dos “desbravadores”. Alguns sobrevoavam as áreas pretendidas e faziam uma delimitação preliminar jogando alguns marcos, que seriam depois procurados, ficando ali os limites estabelecidos. Outros, como os Lanaris, formaram verdadeiras expedições” e embrenharam-se nas matas até atingirem os limites do seu próprio comboio.²⁶

²⁵ SUDAM; Relatório 1978, 12. *Apud.* SOUZA. *Op. Cit.* p.75-76.

²⁶ FERNANDES Marcionila. **Os donos de terras:** trajetórias da União Democrática Ruralista - UDR. Belém: UFPA/NAEA, 1999, p. 42.

O Projeto Tucumã não foge à regra, no sentido de uma demarcação antecipada com marcos jogados de avião e cálculos topográficos. Inclusive propriedades que já estavam ocupadas por outros fazendeiros foram inclusas em seus limites, a exemplo da Fazenda Krimet, local onde foi implantado o núcleo avançado de experimentação do projeto que, àquela época, já pertencia ao grupo Pedro Almeida, o qual recebeu da CONSAG uma indenização pro benfeitorias. A implantação do Projeto Tucumã era de interesse das autoridades máximas do regime militar, pois deveria funcionar como modelo e arma de propaganda para justificar a política de “ocupação da fronteira”.

Apesar do Projeto Tucumã entrar em plena atividade no início da década de 1980, o ex-presidente de República General Ernesto Geisel foi considerado seu patrono e responsável direto pela aprovação do contrato de concessão da área de 400.000 hectares para a CONSAG, por isso, se justifica a sua visita ao Projeto Tucumã, (*Figura 07*).

1.5. A emergência do povoado de Ourilândia do Norte

O limite dos Grandes Projetos da Amazônia, como os de exploração dos recursos minerais, vegetais, hídricos ou de colonização, também foi a fronteira dos marginalizados e dos expropriados. Diversos grupos resistiram, das mais variadas formas, ao modelo excludente a que foram submetidos. A expropriação das terras dos índios e de “remanescentes de quilombos”²⁷ produziram conflitos com graves conseqüências,

²⁷ Não se tem notícia da existência de remanescentes de quilombos em Ourilândia do Norte ou em Tucumã. Sobre remanescentes de quilombos nas áreas dos Grandes Projetos da Amazônia ler: ACEVEDO, Rosa & CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas**: guardiões de matas e rios. 2^o ed. Belém: Cejup, 1998.

bem como, dos milhares de migrantes atraídos por melhores condições de vida que não logravam acesso ao interior desses projetos, em decorrência de ser mão-de-obra excedente ou desqualificada. Dessa forma, sem opção, aglomeraram-se na localidade fronteira do projeto, formando novos núcleos urbanos, produzindo uma série de problemas sociais que, somados a outros fatores, contribuíram para o fracasso da maioria dos grandes projetos.

Com a finalidade de atender a uma clientela de poder aquisitivo mais estável, o Projeto Tucumã impôs um conjunto de exigências extremamente burocráticas para permitir a fixação de famílias com tais características. As exigências eram as mais diversas, das quais podemos destacar a seguinte: somente poderiam permanecer na cidade do Projeto Tucumã as famílias que tivessem renda e crédito suficiente para pagar a aquisição de um lote urbano e rural.

46

Os lotes rurais possuíam três dimensões. Para a atividade de hortifrutigranjeiros, o lote deveria ser de 15 a 55 hectares; já para a agricultura de 55 a 280 hectares e para a agropecuária, de 280 até 600 hectares²⁸.

O morador deveria construir uma casa no local e no modelo já pré-estabelecido na planta do projeto, não obstante, o bairro e a quadra em que o proprietário deveria morar dependeriam do seu poder aquisitivo.

Na atividade agrícola a CONSAG determinava o tipo de cultivo e vegetal que o colono deveria praticar. Essa burocracia favoreceu a concentração da propriedade nas mãos de poucos e produziu uma enorme quantidade de excluídos do projeto, que contribuíram para o surgimento de Ourilândia do Norte.

²⁸ Construtora Andrade Gutierrez. Revista Tucumã, s/n.[1982], para divulgação do Projeto Tucumã.

O inesperado surgimento de um povoado às margens da rodovia PA-279, próximo à guarita de segurança na entrada do Projeto Tucumã, o qual posteriormente se tornaria Ourilândia do Norte (*Figura 08*), de imediato incomodou a direção da CONSAG, obrigando-a a recorrer a várias estratégias, nem sempre pacíficas, para impedir a aglomeração dos imigrantes que chegavam em grande quantidade na região.

Dois momentos são bem distintos na história das relações entre o povoado de Ourilândia e o Projeto Tucumã. No primeiro, os defensores do projeto não acreditavam na permanência do povoado de Ourilândia, pois muitas outras vilas de garimpos foram abandonadas após o esgotamento do ouro. A expectativa da CONSAG era de que a vila que deu origem a cidade, também seria desestruturada em pouco tempo após o fim da atividade garimpeira na região. Por essa razão, não havia necessidade para maiores preocupações, bastava ter um controle rigoroso na fronteira do projeto e esperar o esgotamento dos garimpos. O segundo momento ocorreu quando a previsão de extinção automática do povoado havia falhado, visto que após o esgotamento da atividade garimpeira o povoado continuava crescendo e recebendo grande número de imigrantes. Nessa fase, a violência pura e simples já não resolvia; a repressão somente desgastava a imagem política do projeto e promovia cada vez mais o fortalecimento do povoado. Para salvaguardar o Projeto Tucumã da invasão, havia necessidade de se pensar novos métodos para derrotar o pretense inimigo. Com essa finalidade foram adotadas novas estratégias e ações para tentar pacificar as duas comunidades, uma das propostas postas em prática foi a tentativa de unificar os dois povoados: Ourilândia e Tucumã.

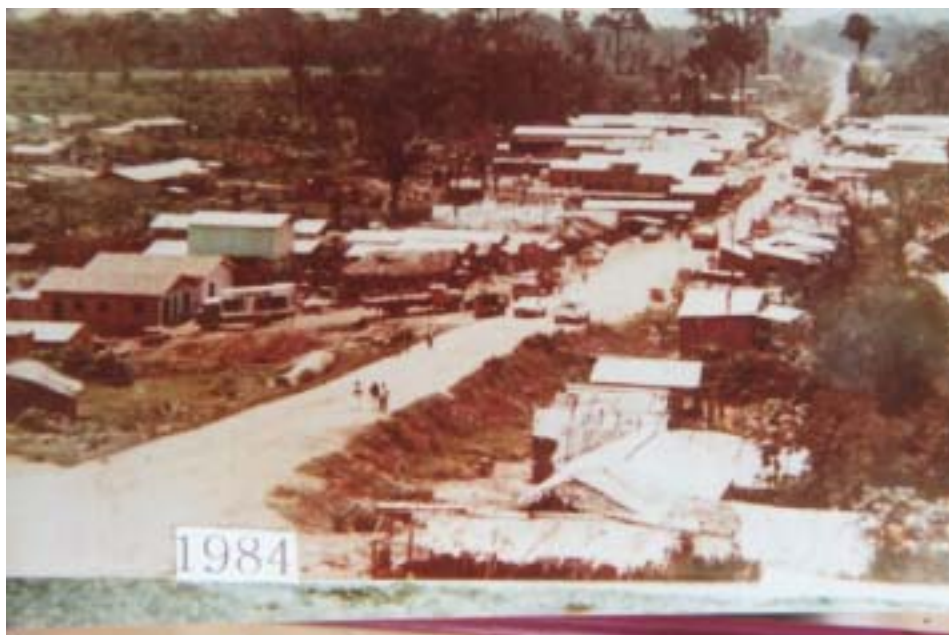


Figura 05 – Gurita I, 1984. Foto Legal - Ourilândia do Norte



Figura 06: Vista do núcleo urbano do Projeto Tucumã, setor residencial, 1982. Foto do arquivo pessoal de Gonçalo P. Sampaio.



Figura 07: Ex-presidente General Ernesto Geisel plantando no Projeto Tucumã uma muda de Castanha do Brasil com seu nome, ladeado por técnicos da CONSAG e moradores de tucumã. Setembro de 1982. Foto do arquivo pessoal de Gonçalo P. Sampaio.



Figura 08: Abertura das primeiras ruas de Ourilândia, 1983. Foto do arquivo pessoal de Gerci Maria Pereira.

Inclusive em 83 ou 84, mais ou menos, se não me falha a memória a Dra. Marília veio de Minas - Belo Horizonte, pra Tucumã e mandou fazer o loteamento da Palmeira I, aí reuniu os comércios de Ourilândia na época e doou um lote pra cada morador na palmeira I, pra acabar com Ourilândia, e o pessoal não aceitou, por causa daquela burocracia tinha lá atrás [no passado], eles não aceitaram; aí as respostas deles foi a seguinte: Doutora a gente vem, se a senhora nos indenizar o que nós temos lá fora, de fora do Projeto Tucumã. Ela não quis indenizar e ninguém foi. Ela queria acabar com Ourilândia e construir a Palmeira I.

Essa é uma questão que nós discutimos isso, eu tinha com a Marília uma abertura muito grande, ela me deu o bairro Palmeira I e Palmeira II, (...) ela disse ta aí faça o loteamento que você tiver vontade, franqueei a liberdade de trazer o povo de Ourilândia para morar gratuitamente em Tucumã, sem precisar pagar, mas tava tarde havia um orgulho em Ourilândia de não sair mais dali, porque foram taxados de puteiro, porque ali não passava de um puteiro, que era uma coisa transitória era garimpo e, acabando o garimpo ia embora todo mundo [diziam os diretores da CONSAG]... Num dia você contava trinta casas, numa semana depois tinha cem, duzentas e Tucumã não avançava nisso e ainda tinha a ilusão de dizer [que as moradias de Ourilândia] era barraco transitório, fogo de palha, fogo de monturo, duvidaram desta questão.²⁹

A empresa enviou para o Projeto Tucumã, no período de 1983-84, a doutora Marília Andrade, filha do dono da CONSAG, formada em Ciências Sociais e pessoa de fina educação. Sua presença na localidade visava conter o desgaste que o projeto estava recebendo em decorrência das rivalidades com os grupos sociais marginalizados pela CONSAG. A sua estratégia inicial foi a de propor a unificação pacífica, na qual os moradores de Ourilândia fossem morar dentro do Projeto Tucumã, especificamente, nos loteamentos denominados Palmeira I e Palmeira II.

²⁹ Gonçalo Pereira Sampaio - CE, entrevista realizada em 16/07/2003.

Evidentemente que a proposta não foi aceita, porque a política da Dra. Marília era de acabar com Ourilândia, valendo-se da máxima que diz: “se não pode vencê-los una-se a eles”, como fora dito por diretores do Projeto Tucumã para justificar a proposta de unificação, que não estava frutificando, porque as condições sociais ofertadas eram diferentes e sustentadas na desigualdade de condições. Vale ressaltar que aos moradores de Ourilândia não foi oferecido lote urbano no núcleo central do Projeto Tucumã, uma área reservada à pequena “elite” comercial e agropecuária que comprava os lotes do projeto. Ao contrário, foi oferecido um loteamento bem distante da área central, sem nenhuma infra-estrutura básica, nos bairros denominados Palmeira I e Palmeira II. Daí os moradores de Ourilândia com o orgulho ferido responderam não:

Quando nós cuidamos, Marília com esse sentimento igual que vinha, com muita abertura pra cuidar dessa situação. Ela me falava: “Vamos tentar Gonçalo, vamos tentar todos os meios, vamos tentar trazer pra Tucumã. Dar lote gratuito, não surtiu efeito, ninguém quis, até lotes comerciais, ela disse assim “vamos vender baratinho” porque os preços de lotes na estrutura de Tucumã as vezes era um pouco mais cara, não vamos dizer que no centro de São Paulo, no centro de Belo Horizonte, no centro do Rio de Janeiro, mas num bairro bom, você comprava um lote lá fora numa cidade mais estruturada e ela chegou para com o Cândido, já falecido, e praticamente deu um lote de esquina ali na Avenida Brasil pra ele montar um cinema, um lote nobre, nobre, nobre, mas o Cândido preferiu montar o cinemazinho lá em Ourilândia, comprou [um lote] porque era tão de graça [preço baixo], mas não pôs uma peça, continuou com o cinemazinho dele lá em Ourilândia e num veio pra cá. (...) As pessoas de Ourilândia que vieram pra cá foram em situação de aquisição de um lote, em função se aqui tivesse um bem favorável para a movimentação daquela atividade [especulação], mas não houve investimentos.³⁰

³⁰ Gonçalo Pereira Sampaio - CE, entrevista realizada em 16/07/2003.

Ai com o passar do tempo, ai parece que todo mundo dizia: vamos arrumar as casas, ai nesse tempo eles arrumaram [espaço] na Palmeira Dois e ia lotear pra todo mundo, ai fizeram uma reunião no barracão do Titonho em Ourilândia, quase todo mundo foi pra lá, ai ninguém quis ir pra Tucumã, porque já estava colocado em Ourilândia, uns falaram assim, sabe o povo fala demais, né, no tempo que nós chegamos aqui todo mundo queria ir pra Tucumã, mas Tucumã não queria ninguém pobre e mesmo que ninguém podia fazer barracãozinho lá e, já queria fazer casinha boa, agora nós já estamos colocados aqui e nós num vamos não, vamos ficar por aqui mesmo.³¹ ...eles tentaram nos convencer de que nós deveríamos ir pra lá e esquecer Ourilândia acabar com Ourilândia, e o resultado é que nós resistimos, porque nós já estávamos adaptados ao sistema de rejeitados, nós já estávamos como filhos órfãos e nós resistimos àquela tentativa com pulso forte e nós fomos vitoriosos em tudo.³²

Nesse caso, a estratégia de submeter os moradores de Ourilândia à periferia do Projeto Tucumã não funcionou, visto que estes -compreenderam facilmente a estratégia por parte dos organizadores, além de que já haviam se identificado com a pequena vila.

As políticas de colonização do governo federal passavam por enormes dificuldades para serem implantadas e mantidas, em decorrência do grande número de marginalizados na área dos Grandes Projetos, situação semelhante a que ocorreu no Projeto Tucumã. Por isso, o governo vigente agia com a finalidade de pacificar os constantes conflitos nas áreas dos Grandes Projetos, inclusive no Sul do Pará, que merecia um destaque especial devido aos projetos desenvolvidos pelo PGC. Entre as ações voltadas a diminuir os conflitos, foi criado o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins-GETAT, vinculado ao Conselho de Segurança Nacional.

³¹ Maria da Piedade P. dos Santos - MG, entrevista realizada em 08/03/2003.

³² Raimundo Borges Caçula Cruz - PI, entrevista realizada em 19/03/2003.

O GETAT se instalou em Ourilândia do Norte em 1983 e, até 1984, promoveu o assentamento de pequenos colonos em propriedades de até 48,4 hectares, com a emissão de títulos de terras provisórios. Segundo Asdrúbal Bentes, superintendente do GETAT na época, foram assentadas uma média entre 100 e 150 famílias nas localidades denominadas Calça Amarela, Quatro Barracos e Águas Claras, num raio de aproximadamente dez quilômetros em volta do núcleo urbano de Ourilândia.

Esses assentamentos tiveram um efeito oposto ao desejado pelo governo federal. Ao invés de conter os conflitos e as invasões dos grandes projetos, no caso do Projeto Tucumã, promoveram ainda mais o crescimento da migração para o Sul do Pará, na medida em que se divulgou que o GETAT estava entregando terras gratuitamente, para famílias carentes. Isso reacendeu as esperanças de sem-terras que moravam nas cidades mais próximas de Ourilândia do Norte, como Redenção, Xinguara, Rio Maria, Marabá, Conceição do Araguaia, etc.

O local de início do atual núcleo urbano de Ourilândia do Norte começou próximo à guarita de segurança da CONSAG, que era o fim da viagem para todos, pois desse ponto em diante só entravam pessoas credenciadas e que fossem verificar as propostas de compra de um lote urbano ou rural dentro do Projeto Tucumã. Numa atitude de pura resistência, as pessoas que não negociavam com a empresa, não retornavam aos seus locais de origem, alguns por falta de condições financeiras e outros por vislumbrar novas oportunidades de melhorar de vida. Por isso o primeiro nome de Ourilândia do Norte foi “Gurita”, forma resultante da pronuncia popular da palavra guarita.

A formação do núcleo urbano de Ourilândia do Norte data do final de 1981, quando se instalaram próximo à guarita de segurança as primeiras famílias. Além de Ernesto Moura, posseiro

da área, a do Sr. Francisco Paz (o Gordo) e de José Candido dos Santos,³³ estes com finalidade comercial para dar suporte aos visitantes do Projeto Tucumã, visto que, nesse período ninguém poderia permanecer dentro do mesmo sem que tivessem adquirido formalmente um lote de terra ou um imóvel no núcleo urbano do projeto.

Eles vinham com você até na corrente aqui, ali em frente o posto São de Saúde São Paulo tinha duas castanheiras que nós dois num abraça ela, então você chegava de carro parava na corrente de ferro com elos de sessenta ou setenta milímetros, e o pessoal da segurança levava você lá no escritório de Tucumã e lá você via o projeto, via formas de compra de terra, localizavam você pela terra, ai pegava você novamente e colocava aqui fora e aqui não existia nem água pra tomar, foi aí que surgiu o Cândido com alimentação e o Gordo com mercado, justamente para dar apoio a esse pessoal que vinha visitar o projeto e não poderia ficar lá, porque Tucumã não tinha restaurante, não tinha bar, não tinha lanchonete não tinha nada e no refeitório da Andrade eles não fornecia comida pro visitante, se chegasse lá não tinha onde dormir tinha que voltar pra Xinguará.³⁴

O fluxo de migrantes no povoado foi intenso no decorrer da década de 80, a ponto de superar, rapidamente, em população a sede municipal de São Felix do Xingu. A movimentação era intensa.

Olha, eu cheguei aqui tinha 45 moradores com casas, quarenta e cinco casas, barracos, e isso aqui era um frevo de povo, muita gente, era um fluxo de garimpeiro muito grande, a gente calculava

³³Nesta lista de primeiros moradores, segundo depoimento de Dona Neves, deve-se acrescentar a família do Sr. Miron, do Sr. Mangula, da Dona Alzira e um senhor de Manoel e do fazendeiro e piloto Sr. Ernesto José de Moura que era posseiro da área, os garimpeiros que trabalhavam no garimpo da PROMIX e outros garimpos que se proliferavam rapidamente pelas adjacências do povoado.

³⁴Randes Gregório da Silva - MG, entrevista *Op. Cit.*

na época de quarenta mil pessoas, até porque nós não tínhamos estimativas nenhuma, só tinha cálculo flutuante, mas nós tínhamos registrado nos anais da Delegacia de Polícia, é [...] lá estava registrado setecentas e trinta e poucas mulheres prostitutas na época.³⁵

A ocupação do espaço se processou de forma desorganizada e formou no início três núcleos simultâneos com características relativamente diferentes, (*Figura 09*). O primeiro se formou próximo da guarita de segurança da CONSAG, no início de 1982, que concentrava comércios de secos e molhados, restaurantes, dormitórios, compras “clandestinas” de ouro, cinema, residências e boates (prostíbulos).³⁶ Este local era o centro em que ocorriam as principais atividades econômicas, sendo o núcleo do povoado recém formado e que foi denominado de Guarita I e/ou Guritaí. O segundo ficava distante da guarita de segurança, a uns mil metros, onde atualmente é o centro da cidade de Ourilândia do Norte e era conhecido, simplesmente, como Gurita. A concentração populacional neste local era bem menor, mas o número de moradias familiares era maior que o número de comércios e prostíbulos. Havia poucos comércios de secos e molhados, algumas pensões, um posto de combustível e um cinema de lona de propriedade de um senhor conhecido como “cigano”. A Gurita era um local mais tranquilo e menos violento de que a Guarita I. O terceiro núcleo, denominado Gurita II, se formou a quase três quilômetros da guarita de segurança no sentido de Xinguara, este era quase que exclusivamente composto por boates (prostíbulos), ou seja, direcionado principalmente à prostituição e lazer noturno dos moradores da Guarita I, prevalecendo no local os tipos mais simples de edificações, como os barracos de pau-a-pique cobertos com lonas ou palha de palmeiras.³⁷

³⁵ Raimundo B. Caçula Cruz - PI, entrevista *Op. Cit.*

³⁶ Randes Gregório da Silva - MG entrevista *Op. Cit.*

³⁷ *Ibid.*

Salientamos que, apesar de fazer uma referência aparentemente negativa sobre o terceiro núcleo Gurita II, isso não significa uma discriminação, visto que a prostituição ocorria nas três localidades, em vista de se constituir, durante todo o período do auge da atividade garimpeira, em uma atividade extremamente forte na região. O terceiro núcleo ficou mais afastado da guarita da CONSAG, devido ao fato de que todos queriam ficar às margens da PA-279. Porém, uma intensa especulação de lotes próximos à guarita, promovida por grileiros fez com que as pessoas de menos condições se fixassem em locais mais distantes. Essa insistência de fixar negócios ou residências às margens da PA-279 estava diretamente ligada à movimentação promovida pela garimpagem. Em vários pontos da rodovia havia estradas ou caminhos que davam acesso a diversos garimpos.

Existem controvérsias sobre a origem do primeiro nome de Ourilândia, a Guritaí, ou seja, da Gurita I. Uma das versões é que surgiu do erro de leitura da placa da “Guarita I” da CONSAG, visto que muitas pessoas não percebendo que se tratava do algarismo romano, liam o “I” como a vogal “i”, formando um hiato imaginário, então pronunciando: “Guritaí”. Uma outra leitura sobreveio do perigo das pessoas de chegar próximo da guarita sem ter um conhecimento prévio da função da mesma. Com isso, costumavam avisar aos desprevenidos dizendo: “*Olha a gurita aí!!!*”. As denominações de Gurita I e II, segundo Dona Neves, foi uma invenção do Senhor Helino. Já a simples denominação de Gurita para o centro se deu automaticamente pelos próprios moradores do local, por estarem numa colocação intermediária, entre as Guritas I e II, veja o que disse a Dona Neves sobre esta questão: “... *esse negócio de Gurita I e Gurita II foi idéia do finado Helino, que um dia estava almoçando lá em casa e comentou com o Cândido: “Cândido, sabe o que nós devíamos fazer? Nós devíamos dividir a Gurita em Gurita I e Gurita II .”*”³⁸

³⁸ Maria das Neves Santos Alves - RO, entrevista realizada em 30/08/1993 por Robério Alencar Marinho.

Alguns moradores de Tucumã, equivocadamente, ou até mesmo com a intenção de fazer galhofa ofensiva discutem que as primeiras denominações de Ourilândia tiveram origem em Tucumã, podemos ver que os nomes foram dados pelos próprios moradores, mas devemos destacar que realmente foram dados em função da guarita de segurança Nº 1 da CONSAG, isto, também é lógico.

A área onde foi fundado o vilarejo já não era um território coberto apenas por vegetação e habitado por grupos indígenas. A ocupação da região pelos homens brancos já havia ocorrido durante a década de 1970 por fazendeiros que investiram na formação de pastagens e criação de gado com incentivos fiscais concedidos pela SUDAM, a exemplo da Fazenda 1.200, Fazenda Campos Altos, e da Fazenda do Sr. Ernesto José de Moura. Essa forma de ocupação era aliada a outras atividades extrativistas de menor intensidade, como da extração de castanha, das drogas do sertão, da madeira e da atividade garimpeira que no final da década de setenta era bastante modesta não passava de algumas tentativas iniciadas por empresas mineradoras que logo abandonaram a cata devido às dificuldades de acesso, como por exemplo o garimpo da estrada da PROMIX³⁹, que alavancou o processo de urbanização de Ourilândia do Norte.

As primeiras ruas foram abertas em regime de mutirões, os quais eram organizados por lideranças que projetavam para o futuro seus interesses políticos eleitorais. Na época, o dinheiro para custear as despesas dos materiais dos mutirões era arrecadado dos moradores. Neste sistema de doações voluntárias, várias obras importantes foram realizadas, entre tantas se

³⁹ PROMIX – Nome de fantasia da empresa mineradora exploradora de minério de cassiterita no rio Iriri - SFX e outros rios da região, no início da década de 80 possuía uma pista de pouso no Projeto Tucumã. Não foi possível na pesquisa descobrir mais informações sobre esta empresa e seus proprietários.

destacam a abertura de ruas e avenidas, da pista de pouso de aeronaves, escola, delegacia, etc.

A primeira via urbana a receber nome foi a Avenida das Nações, com percurso médio de três quilômetros no leito da PA-279, na qual se concentrou a atividade comercial. O referido nome foi devido ao grande número de migrantes vindos dos mais diversos estados do Brasil. A segunda via urbana foi a Rua Fernando de Noronha, que concentrou mais residências que comércios, a primeira escola de Ourilândia foi construída nesta rua sob a coordenação do Sr. Giovani Martins e sua esposa.

A rodovia estadual PA-279 no final da década de 70, era uma estrada tipo vicinal e de difícil acesso, onde em 1979 só existia até o quilômetro oitenta, ou seja, mais ou menos na localidade chamada atualmente de Tupansy, no município de Água Azul do Norte. Em 1980 a PA-279 chega até a entrada do Projeto Tucumã. Entre 1983-84 essa rodovia estadual foi reaberta pela CONSAG com recursos dos governos estadual e federal, com a finalidade de permitir maior fluxo de veículos e melhorar o tráfego, entretanto, não foi pavimentada como fora projetada. Em 1986/87 foi totalmente recuperada depois do rigoroso inverno de 1985.⁴⁰

A exemplo das grandes rodovias, como a Belém-Brasília, a PA-279 serviu aos propósitos de ocupação da “fronteira agrícola”. Também foi projetada a construção da BR-158, ligando a rodovia PA-150 à BR-222, percurso entre os municípios de Redenção e Altamira, a qual teria o objetivo de integrar o Projeto Tucumã com outros projetos do PGC. Mas, a obra não saiu do papel, devido ao previsível fracasso do Projeto Tucumã e porque a rodovia passaria por dentro das terras dos índios Kayapós.

⁴⁰ Apostilha de informações sobre o Projeto Tucumã. Arquivo pessoal de Rosângela Sampaio.

Ourilândia do Norte, na década de 1980, era município de São Felix do Xingu e fazia parte de um pólo de desenvolvimento do complexo do PGC, tendo como base o Projeto Tucumã. A penetração rumo a Ourilândia do Norte, ocorreu primeiro pelo lado Sul de seu território, por intermédio das ocupações para formação de fazendas, como por exemplo, a Fazenda da Família Banach e dos “assentamentos” do INCRA da Gleba Araguaxin I e invasão da Gleba Luciana, no final da década de setenta. Estas incursões levaram à descoberta de alguns garimpos, como do Abelha e da PROMIX. Este, era um empreendimento de uma empresa mineradora, que segundo informações verbais, tratava-se de uma empresa detentora de concessão para exploração de cassiterita instalada na década de setenta, portanto anterior ao Projeto Tucumã.⁴¹ Esta empresa conseguiu iniciar os trabalhos de extração de cassiterita no rio Iriri e nas margens do rio Branco, minas estas que, após o enfraquecimento da produção e a queda internacional do preço do minério, foram abandonadas e logo depois invadidas por diversos garimpeiros em busca de ouro.⁴²

O rio Branco, que deu origem ao garimpo com o seu nome, antes de 1981 era um rio de águas transparentes com riquíssima variedade de espécies de peixe. Também servia de limite para reserva indígena dos índios Kayapós. A devastação causada neste rio foi intensa, pois durante quase uma década não habitava nele nenhum outro ser vivo senão os garimpeiros (*Figura 10*). O Rio Branco recebia as águas poluídas da garimpagem de outros rios e igarapés da região e foi o maior responsável pela poluição do rio Fresco e do rio Xingu. O rio Fresco chegou a ser considerado um dos maiores rios poluídos do mundo durante a década de 1980, mas, na década de 1990, com o fim da atividade garimpeira começou a se despoluir naturalmente.

⁴¹ Raimundo Borges Caçula Cruz - PI. Entrevista *Op. Cit.*

⁴² *Ibid.*

Contudo, ainda levarão várias décadas para retornar ao que era antes dos garimpos, principalmente; em decorrência da imensa quantidade de mercúrio que foi jogado no seu leito.

Ourilândia do Norte foi o ponto de apoio para os garimpeiros do PROMIX, visto que a barreira de segurança da CONSAG não permitia a passagem dos mesmos pela PA-279 e muito menos que morassem no núcleo urbano do projeto. Estes, então, compravam seus mantimentos nos comércios da Gurita, deixavam a família em barracos de lona e entravam pela mata desviando do núcleo urbano do Projeto Tucumã. Dessa forma, começa a ser construído o núcleo urbano de Ourilândia do Norte a partir de 1981.

Vários outros garimpos surgiram na década de 80 e produziram uma “população rarefeita” em Ourilândia, calculada em aproximadamente 40.000 pessoas, composta de diferentes grupos sociais.⁴³ Entre dezenas de garimpos, destacamos o da pista da PROMIX, do Cuca, do Abelha, Pena Branca, Rio Branco, Águas Claras, Mata Verde, Pista Branca, Manelão, Grota do Ferro, Serrinha, considerados mais importantes para a formação da comunidade ourilandense.

A partir da segunda metade da década de 1980, a aceleração do processo de urbanização associa-se à tendência local das atividades de garimpo. Assim, os antigos núcleos urbanos locais, hoje cidades, tenderam cada vez mais a abrigar populações rurais e/ou garimpeiras, populações mal assimiladas ou mal integradas localmente e, por isso mesmo móveis.⁴⁴

⁴³ O IBGE por intermédio do censo demográfico de 1991 não confirma este número de 40.000 habitantes, pois a metodologia adotada pelo IBGE de contagem por domicílio não contava os garimpeiros, madeireiros e posseiros que mantivessem residências e familiares em outras cidades ou estados, por isso denomino de população rarefeita.

⁴⁴ COELHO, Maria Célia Nunes. “A CVRD e o processo de (Re) Estruturação e Mudança na Área de Carajás”. In: COELHO, Maria Célia Nunes e COTA, Raymundo Garcia (orgs.) **Dez Anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997, p. 61.

Alguns garimpos, pela sua importância produtiva, conseguiram formar núcleos urbanos. Um bom exemplo disso foi o garimpo do Abelha (*Figura 11*), que chegou a possuir mais de 100 barracos, divididos entre comércios e residências e uma população flutuante em torno de 10.000 habitantes. A Vila do Águas Claras, contava com aproximadamente 50 barracos e uma população média de 3.000 pessoas. A Vila do Rio Branco, com mais de 150 barracos e uma média flutuante de 15.000 habitantes, chegou a possuir três ruas, escolas, cemitério e diversos comércios representantes de marcas importantes. A “Agrovila do Cuca”⁴⁵, a maior de todas e a única que sobreviveu ao fim da garimpagem, chegou a possuir mais de 15.000 habitantes.⁴⁶

As vilas que nos referimos tiveram importância na estrutura do comércio de Ourlândia do Norte, visto que, excepcionalmente, na primeira metade da década de 1980, estas mantinham relacionamento comercial mais intenso com a Gurita em consequência da burocracia da segurança da CONSAG. Por outro lado, o comércio do ouro rendia melhor dividendo porque era comercializado na “picaretagem”⁴⁷.

A base da formação da comunidade ourilandense foi constituída de imigrantes de diversos estados do Brasil, basicamente por garimpeiros, seguido por grandes e pequenos empresários e prestadores de serviços de diversos ramos e atividades.⁴⁸

⁴⁵ Denominação dada pela CONSAG, porque a área do Cuca pertencia ao Projeto Tucumã e deveria ser um núcleo urbano avançado de colonos e não de garimpeiros.

⁴⁶ Informações fornecidas por moradores mais antigos das localidades. O número de habitante foi calculado pelo total de barracos informados, multiplicando o total pela média de quatro moradores por unidade habitacional, porque nesta época a média do IBGE era de quatro pessoas por família.

⁴⁷ Comercialização de minério na clandestinidade, este comércio ilegal do ouro na maioria das vezes abasteceu o contrabando internacional do metal. Esta forma de comércio do ouro era muito comum nos garimpos e vilas que não tinha agência da Caixa Econômica Federal e/ou fiscalização ostensiva da Polícia Federal.

⁴⁸ SOUZA, *Op. Cit.* p. 85.

*Tabela 03 - Migração para São Felix do Xingu segundo os estados de origem – 1970 e 1991*⁴⁹

Estados de Origem	São Felix do Xingu	
	1970 a 1980	1981 a 1991
Rondônia	09	60
Acre	18	08
Amazonas	03	27
Pará	3.755	11.304
Roraima	00	12
Amapá	39	00
Tocantins	X	2.371
Maranhão	263	2.908
Piauí	28	838
Ceará	56	673
Rio Grande do Norte	33	100
Paraíba	06	278
Pernambuco	10	119
Alagoas	06	00
Sergipe	00	18
Bahia	27	760
Minas Gerais	47	1.387
Espírito Santo	00	126
Rio de Janeiro	04	00
São Paulo	22	85
Paraná	08	179
Santa Catarina	04	73
Rio Grande do Sul	00	67
Mato Grosso do Sul	00	32
Mato Grosso	37	237
Goiás	572	3.131
Distrito Federal	07	28
ESTRANGEIROS	00	00
TOTAL	4.954	24.821

Tabela elaborada a partir de dados cedidos pela Agencia do IBGE de Belém com base na amostra do Censo Demográfico de 1980 e 1991. Por domicílio.

⁴⁹ Na metodologia de contagem o IBGE não registra como habitante de uma região um indivíduo em trânsito ou que tem residência em outro município ou estado onde reside parte de sua família.

O censo do IBGE de 1980 aponta que na década de 70 o fluxo migratório para São Felix do Xingu foi de apenas 4.954 habitantes e a este fluxo de imigrantes podemos atribuir as atividades extrativistas da castanha e de outras “drogas do sertão”. Nota-se inclusive, que a maior mobilidade ocorre dentro do próprio estado do Pará. Este número indica um crescimento muito tímido em contraposto ao altíssimo índice de crescimento apresentado no censo de 1991 em que São Felix do Xingu, Ourilândia do Norte e Tucumã, somados, apresentaram uma população total de 84.747 (*Tabelas 3 e 4*). Esse número representa um extraordinário crescimento no índice populacional do município de São Felix do Xingu, pois devemos considerar que Ourilândia do Norte e Tucumã se tornaram municípios no ano de 1988 e a maior parte destes habitantes estavam concentrados nas vilas dos garimpos e no povoado da Gurita e Tucumã.⁵⁰

A *tabela 04* estabelece a comparação entre migração de Ourilândia do Norte e Tucumã no decorrer da década de 80, na qual detectamos uma intensa onda migratória originária dos estados do Maranhão, Goiás, Tocantins, Bahia e Minas Gerais, perdendo apenas para a migração interna do Pará. Isso pode ser observado na década de 80 no município de São Felix do Xingu. Na década de 70 o fluxo migratório rumo a São Felix do Xingu foi relativamente tímido se compararmos com os números da década de 80, conforme a *tabela 03*.

⁵⁰ Governo do Estado do Pará. Instituto de Desenvolvimento Econômico Social do Pará-IDESP. **Revista Municípios Paraenses** N^o. 10: Ourilândia do Norte. Belém, 1990 e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Números da migração para o município de São Felix do Xingu, Ourilândia do Norte e Tucumã. Amostra do Censo Demográfico de 1980 e 1991.

Tabela 04 - Migração para Ourilândia do Norte e Tucumã segundo os estados de origem – 1981 e 1991⁵¹

Estados de Origem	Ourilândia do Norte	Tucumã
	1981 a 1991	1981 a 1991
Rondônia	34	05
Acre	00	05
Amazonas	42	14
Pará	8.841	9.266
Roraima	19	13
Amapá	05	00
Tocantins	2.211	2.092
Maranhão	6.728	5.360
Piauí	1.026	854
Ceará	988	1.226
Rio Grande do Norte	48	91
Paraíba	99	243
Pernambuco	173	246
Alagoas	65	42
Sergipe	22	00
Bahia	859	1.328
Minas Gerais	1.444	1.665
Espírito Santo	133	147
Rio de Janeiro	03	24
São Paulo	220	303
Paraná	345	1.288
Santa Catarina	106	341
Rio Grande do Sul	85	457
Mato Grosso do Sul	27	36
Mato Grosso	46	280
Goiás	5.048	5.983
Distrito Federal	00	00
ESTRANGEIROS	00	00
TOTAL	28.617	31.309

Tabela elaborada a partir de dados cedidos pela Agencia do IBGE de Belém com base na amostra do Censo Demográfico de 1980 e e 1991. Por domicílio.

⁵¹ Na metodologia de contagem o IBGE não registra como habitante de uma região um indivíduo em trânsito ou que tem residência em outro município ou estado onde reside parte de sua família.

A maior diferença na migração entre o município de Tucumã e Ourilândia do Norte está na população vinda do Centro-Sul do Brasil. Os estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Minas Gerais e São Paulo, cederam mais habitantes para Tucumã e, isto, se deu em função de uma campanha bem elaborada de divulgação do Projeto Tucumã nesses estados. Essa campanha publicitária objetivava atingir dois públicos alvo, nos estados do Sul do país, especialmente. No Paraná, era direcionada para pequenos e médios produtores rurais e em São Paulo, direcionada para médios e grandes empresários que desejassem investir na região, com a possibilidade de explorar diversas atividades empresariais, como, implantação bancos, madeiras, supermercados, hospitais e outros estabelecimentos comerciais e financeiros.⁵²

Quanto à imigração vinda dos estados de Goiás e Tocantins, deve-se em parte ao fracasso dos garimpos de pedras preciosas e ouro, que surgiram com a construção da Belém-Brasília e pelo esgotamento do solo das terras as suas margens, ocupadas por pequenos e médios produtores rurais.

As imigrações dos estados da Bahia e Minas Gerais se devem à existência de sedes da CONSAG e da CVRD nesses estados, nos quais foi feita uma divulgação menos intensa do que fora feito no Paraná, mas que surtiu considerável efeito se considerarmos as dificuldades vividas pelos nordestinos, após longos períodos de secas ocorridos na década de 1970.

A *tabela 03* mostra que o Distrito Federal cedeu pequena parcela populacional na década de 70 para o então município de São Felix do Xingu, coincidindo com o período em que se destacava a formação de grandes fazendas e acentuada atividade extrativista no município. Vale observar que no quadro

⁵² Gonçalo Pereira Sampaio - CE, entrevista realizada em 16/07/2003.

migratório de Ourilândia do Norte e Tucumã (*Tabela 04*), alguns estados não contribuíram para crescimento demográfico na década de 80. O Distrito Federal destacou-se neste sentido, havendo no período uma crescente onda migratória rumo à capital federal, após o surgimento das cidades satélites. Os números mostram, também, ausência de migração estrangeira, embora, seja possível detectar a presença de pessoas de outras nações em Ourilândia, tais como japoneses, portugueses, venezuelanos, colombianos, etc. Contudo, estes já eram naturalizados e integraram a migração interna do Pará ou de outros estados do Brasil.

Os motivos que levaram as pessoas a migrar para Ourilândia do Norte são os mais diversos, dos quais podem ser agrupados em seis categorias principais: desemprego, baixos salários, negócios, aventura, acesso a terra e outros.⁵³ Nas entrevistas a Luiz Alencar, Sinval da Silva Ronildo Veloso aparecem todos esses motivos; contudo, inicialmente, os entrevistados alegam que só deixaram o lugar de origem para buscar melhores condições de vida, através de melhores oportunidades de trabalho e de acesso à terra. No entanto, não foi possível na pesquisa determinar o percentual da migração espontânea e da migração induzida.

No ano de 82, que foi uma seca total no município onde eu morava ficamos um pouco fraco financeiramente nessa época eu era um camelô. Eu e a minha mulher... nós vendia nas feiras, tinha um carro opala do ano 72 e nós lotava de mercadoria e saía de cidadezinha em cidadezinha vendendo uma pecinha [roupas e acessórios] ganhando pouco para manter a despesa de casa, mas em consequência da seca, os lucros era muito pouco, muito pequeno porque não tinha a quem vender o povo não podia comprar roupa,

⁵³ SOUZA. *Op. Cit.* p. 85.

pois algum tostãozinho que adquiria era pra comprar o milho, o feijão e a farinha para sobreviver.⁵⁴

Primeiro eu vim pra comprar uma terra e fazer uma abertura, com oito meses eu voltei no Paraná pra buscar a família, eu era de Minas, mas fui pro Paraná e do Paraná eu vim pra aqui.⁵⁵

Vim de Belém procurando trabalho na região, primeiro passei direto para o Cuca, estive no Cuca depois voltei novamente para Ourilândia e permaneci aqui até setembro, trabalhando aqui no hospital do Dr. Ari Braga...⁵⁶

A maioria dos migrantes chegados a Ourilândia do Norte conta em sua história de vida com mais de uma migração, por isso pode-se observar que a migração raramente teve origem no estado de nascimento dos entrevistados. Porém, até mesmo os que se deslocaram do estado onde nasceram, já praticavam em seu próprio estado uma imigração interna de cidade em cidade.

⁵⁴ Aluiz Alves Alencar - CE, entrevista realizada em 11/05/2003.

⁵⁵ Sinval da Silva - MG, entrevista realizada em 06/03/2003.

⁵⁶ Romildo Veloso e Silva - MG, entrevista realizada em 25/02/2003.



Capítulo 2

As relações sociais entre os grupos de imigrantes

2.1. A formação de grupos e a participação nos movimentos sociais

A criação de grupos no início da formação de Ourilândia do Norte foi vital para o sucesso do povoado, sem os quais não teria sido possível resistir e superar os diversos obstáculos postos pela CONSAG e pela política capitalista excludente proposta pelo governo federal para região Amazônica. A aproximação das pessoas para a formação dos grupos não se deu apenas por intermédio das tradições culturais herdadas do local de origem.

A pesquisa revela que a naturalidade dos imigrantes não foi preponderante na formação de grupos. Na prática do cotidiano não se formou o grupo dos maranhenses, dos cearenses, dos gaúchos, dos goianos, etc. A formação de grupos se processou a partir da elaboração de novos códigos sociais que correspondessem às necessidades da nova localidade, dentre estes os interesses políticos e os problemas sociais foram decisivos para formação de inúmeros grupos.

Vale ressaltar que durante a pesquisa foi possível detectar que um pequeno grupo se destacou no início de Ourilândia: o “grupo dos gaúchos”. Apesar do nome, o grupo possuía uma característica importante, as famílias que faziam parte do “grupo dos gaúchos” a maioria não provinham do estado do Rio Grande do Sul, portanto, não eram gaúchos, eram migrantes dos estados do Paraná, Santa Catarina, poucos do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo. Provavelmente, o grupo recebeu este nome porque apresentava alguns traços culturais típicos dos gaúchos, como o hábito de tomar o chimarrão de manhã e à tarde na calçada de suas casas, além do sotaque sulista. Mas, é prudente não mencionarmos os nomes das famílias denominadas de “gaúchos”, uma vez que aos integrantes deste grupo foram atribuídos atos de extrema violência, inclusive com uma série de assassinatos bárbaros, todos ligados à defesa de interesses

particulares, mais especificamente, ao domínio de grandes áreas de terras para exploração de madeira-de-lei (mogno) ou para formação de pastagens ou, simplesmente, destinada à especulação comercial.⁵⁷

Muitas famílias do “grupo dos gaúchos” eram empenhadas no processo de formação do município (*Figura 12*), especialmente, no desenvolvimento do associativismo e da assistência educacional às crianças carentes, fundando associações, creches e se engajando nos movimentos políticos partidários.

Diante das pressões efetivadas pela CONSAG, Polícia Federal, Polícia Civil e Militar para desocupação da área limite do Projeto Tucumã, outros grupos se formaram, vinculados também, ao crescimento do interesse político partidário de alguns moradores da localidade, revitalizando os movimentos de resistência contra a CONSAG e aos órgãos da administração federal. Os grupos políticos, apesar das divergências partidárias e ideológicas, se envolveram em projetos defendendo objetivos em comum, produzindo os principais movimentos sociais voltados à formação deste município.

No início da década de oitenta, período em que se inicia a transição para o regime democrático, após a extinção da Aliança da Renovação Nacional-ARENA e do Movimento Democrático Brasileiro-MDB, os principais embates políticos passaram a ser sustentados pelo Partido Democrático Social-PDS, Partido da Frente Liberal-PFL e Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB, este último à época, na oposição.

⁵⁷ Aluiz Alves Alencar - CE, entrevista *Op. Cit.*



Figura 10: Garimpo do Rio Branco, riqueza e destruição do meio ambiente, 1986. Foto do arquivo pessoal de Rubs Alencar.



Figura 11: Garimpagem no Abelha, 1986. Foto do arquivo pessoal de Raimundo B. Caçula Cruz.



Figura 12: Imigrantes do Rio Grande do Sul, 1986. A família Buratto se constituiu em uma das maiores famílias de imigrantes de Ourilândia do Norte. Foto: arquivo pessoal de Eliane Aparecida Buratto.

De um lado, os partidários do PDS e PFL, que reunia a classe média/alta emergente do povoado e nostálgicos da antiga ARENA, entre os quais estavam comerciantes e fazendeiros. A liderança deste grupo foi atribuída a comerciantes locais, como o Sr. José Candido dos Santos, Dr. Ari Braga, Joãozinho da Marisol, Dr. Edgar e alguns membros do Conselho Comunitário. O outro grupo, alinhado ao PMDB, reunia garimpeiros, colonos e pequenos comerciantes e tinha como líderes o Sr. José de Ribamar Feitosa (Ribinha), Manoel Romão da Silva, Pedro Alcântara de Sousa, José Fiscal, Manoel Piauí, Paulista e Benedito José da Silva (o Boca Rica), estes tinham participação direta no Conselho Comunitário, e elegeram como líder maior Jader Barbalho, os quais poderiam ser também, considerados como o grupo do Conselho Comunitário.

Os grupos e partidos políticos foram importantes e contribuíram para o desenvolvimento e emancipação político-administrativa de Ourilândia. Havia discordâncias e cumplicidades entre os grupos, porém diversas vezes um grupo tomava uma iniciativa e os outros, mesmo discordando, terminavam apoiando. Isso ficava evidente nos momentos de viagem para Brasília para reivindicar melhorias em vista a garantir o desenvolvimento do novo município, pois mesmo quando não havia consenso, os demais grupos mesmo considerando que o resultado não seria tão promissor, apoiavam e até financiavam a iniciativa e assim a comitiva realizava a viagem. Todos os movimentos sociais foram financiados pelos moradores de Ourilândia. As pessoas tinham orgulho de colaborar, mesmo nos casos suspeitos de que a investida não seria bem-sucedida.⁵⁸

Com a abertura política e o acirramento dos jogos políticos locais, surgiram novos partidos políticos e outros grupos se constituíram, como o grupo Caçula e o grupo do Giovani Martins, este último ligado ao Partido Democrático Trabalhista – PDT.⁵⁹

Tais grupos, estando afinados ou não no campo político, tiveram na maioria das vezes uma convivência cordial e nos momentos cruciais aos interesses de Ourilândia, se uniram em causas comuns. De forma direta ou indireta, estes grupos fizeram-se presentes nos momentos mais importantes da história de

⁵⁸ Aluiz Alves Alencar-CE, entrevista realizada em 11/05/2003.

⁵⁹ Vale destacar que os nomes de pessoas listadas neste capítulo como filiados a determinados partidos políticos, deve ser entendido num determinado momento da vida política dos mesmos, pois, a instabilidade partidária não é um privilégio de Ourilândia. No Brasil esta alternância partidária é freqüente, a exemplo dos dirigentes do Conselho Comunitário que primeiro foram partidários do PDS, depois com o crescimento da esquerda no Pará em 1982, a eleição de Jader Barbalho para o governo do estado e o simultâneo desprestígio da direita conservadora estes se filiaram ao PMDB ou outros partidos em ascensão.

Ourilândia do Norte, desde o início, a começar pela reivindicação para retirada da corrente da portaria do Projeto Tucumã e o fim das prisões irregulares. Em seguida, promoveram o movimento de invasão das terras do projeto entre 1984-87; a organização do espaço urbano em 1984; a superação da crise de 1985 devido à intrafegabilidade da PA-279 e o engajamento para emancipação político-administrativa de Ourilândia do Norte.

Havia discordâncias entre os grupos, mas tudo era superado, pelo menos nos momentos em que requeria o engajamento de todos que viviam na comunidade. O grupo que reunia pessoas de melhores condições econômicas por várias vezes entrou em divergências com os grupos formados pelos de menor poder aquisitivo e grau de instrução, no que se referia à direção das pautas da comunidade.

76

... eu conheci o Conselho Comunitário, mas eu vou ser sincero com você, ele pouco fluiu, ele pouco serviu pra a comunidade, o nosso Conselho foi agregado por pessoas boas, de boas índoles, mas parece que essas pessoas esqueceram que nós éramos fruto de um processo, de uma situação que muitos não aceitavam na época, (...). E o conselho, também, formava opinião diversa e quando a gente ia purificar pra ver qual delas era vencedora faltava concordância, ai ia pra briga e eu era contra isso.⁶⁰

As críticas dirigidas aos diretores do Conselho Comunitário, normalmente, eram alusivas ao grau de instrução dos mesmos e rotulando-os de analfabetos, como se a formação representasse um empecilho para uma boa administração nas questões do povoado. No contra-ataque, os membros do Conselho Comunitário alegavam que estavam lutando contra os interesses de uma elite que queria se apropriar de áreas públicas e

⁶⁰ Raimundo Borges Caçula Cruz - PI, entrevista realizada em 19/03/2003.

que não desejavam as mudanças, e ainda, os acusavam de estarem ligados com a CONSAG para acabar com Ourilândia. Todavia, entende-se que estas disputas acabavam contribuindo para o desenvolvimento de Ourilândia, principalmente no que diz respeito à atuação política voltada à reivindicação de melhorias e a própria organização do espaço físico.

2.1.1. PA-279: A rodovia das dificuldades

A rodovia PA-279 sempre foi o “calcanhar de Aquiles” das populações que vivem às suas margens. A rodovia, além de sua regular intrafegabilidade no período de inverno, que normalmente vai do mês de outubro de um ano a junho do ano seguinte, foi palco de intensas lutas sociais.

Foi por causa da PA-279 que ocorreu o primeiro grande movimento social de Ourilândia, entre 1983-84. Nesse período a rodovia foi alargada, pois o seu leito era pequeno demais para comportar o fluxo de veículos, visto que media em torno de 12 metros de largura no perímetro urbano. Em função disso, foi preciso que fossem retiradas todas as casas residenciais e comerciais da área de expansão.⁶¹ O prejuízo foi enorme para os moradores da Gurita I, pois muitas construções tinham sido recém edificadas e os moradores estavam endividados. Não houve acordo e o poder público estadual, pouco sensível, exigiu a retirada de todos os moradores para a passagem em linha reta da PA-279.

Os moradores de Ourilândia da época entenderam que teriam sido vítimas de mais uma estratégia da CONSAG para acabar com Ourilândia e, que contou com a participação da Dr.^a

⁶¹ A faixa de terra ocupada pela rodovia PA-279, em média equivale a 30 metros de largura, incluindo leito e desmatamento.

Marília. Não foi difícil fazer a ligação dos fatos, ou seja, da preparação do loteamento em Tucumã para receber os moradores de Ourilândia com a ação violenta do governo do estado com a participação das Polícias Militar e Federal, que arrombaram os barracos da área. Mais uma vez a comunidade superou uma situação difícil e constrangedora. Todas as casas e comércios foram derrubados e construídos vinte metros para trás. Atualmente ainda é possível detectar sinais desta ação, uma vez que nesta área alguns poços tipo amazonas, que antes eram vistos nos quintais, agora aparecem na frente das casas – nas calçadas.⁶²

O inverno no período de 1984-85 foi extremamente rigoroso, a PA-279 ficou totalmente intrafegável. Um caminhão levava mais de dez dias para percorrer o percurso de Xinguara a Ourilândia, com isso muitos caminhoneiros não se arriscavam nessa aventura (*Figura 13*).

78

A comunidade ourilandense passou pelos momentos mais difíceis de sua história, ironicamente, no período em que a garimpagem estava no auge e as pessoas tinham dinheiro para viver melhor, mas não se tinha o que comprar. Os comércios ficaram totalmente desabastecidos, as prateleiras estavam vazias e os preços de algumas mercadorias subiram mais de mil por cento. Por algum tempo a troca de produtos foi a única alternativa de comércio, as pessoas trocavam as mercadorias que lhes sobravam por outras que não tinham.

No inverno de 85 quando a estrada cortou, eu trocava saco de carvão e madeira em galinha, arroz, feijão e o que desse. Cansei de trabalhar em troca de mercadorias que estava faltando em casa, porque o dinheiro não tinha valor, as mercadorias tava cara demais, o botijão de gás era coisa de rico, o pobre voltou a queimar lenha.⁶³

⁶² Maria das Neves Santos Alves - RO, entrevista realizada em 30/08/1993 por Robério Alencar Marinho.

⁶³ Aluiz Alves Alencar-CE, entrevista realizada em 11/05/2003.

O inverno de 1985 trouxe muitas dificuldades para os moradores de Ourilândia, nesse período o dinheiro e o ouro não tinham valor comercial, pois, com o desabastecimento dos comércios, não havia muito o que comprar. O pouco que era exposto à venda, o preço não era acessível à maioria da população. Os moradores tiveram que alterar os seus costumes para se adaptar à realidade daquele momento, além de renunciar aos produtos essenciais da vida “moderna”, como o gás de cozinha, cosméticos, enlatados, etc., além de serem obrigados a plantar mandioca em seus quintais para fazer farinha e bolos, fabricar carvão em fornos improvisados, criar galinhas, porcos, etc. Assim, se estruturou uma pequena cadeia produtiva familiar, na qual o produto final era comercializado livremente pelas ruas em sistema de troca.⁶⁴

Curiosamente, desde 1985, Ourilândia do Norte possui um grande número de mangueiras plantadas nos quintais das casas, estas que segundo os moradores mais antigos, não foram plantadas por consciência ambiental, mas porque a maturação do fruto da mangueira coincide com o início do inverno na região, assim se houvesse nos anos seguintes uma crise semelhante à daquele ano, pelo menos manga não iria faltar.⁶⁵ Essa crise revela o abandono do poder público, mas também demonstra o potencial de superação de muitos brasileiros de várias regiões que se encontraram na Amazônia em busca de dias melhores e construíram verdadeiros laços de solidariedade, sociabilidade e experiências de vida.

Quando a situação se tornou insuportável, o governo federal determinou à Força Aérea Brasileira – FAB, que

⁶⁴ Troca de mercadorias por mercadorias, onde a avaliação do preço das mesmas é feita entre as partes, com base na lei oferta e procura do produto.

⁶⁵ Raimundo Borges Caçula Cruz, entrevista *Op. Cit.*

organizasse uma operação de socorro. Então, um avião de carga do tipo búfalo foi disponibilizado para transportar mercadorias de Goiânia para o aeroporto de Tucumã (*Figura 14*). Quando os vôos chegavam ocorria uma enorme confusão, pois os especuladores adquiriam os produtos por lá mesmo, o que dificultava o acesso as mercadorias por parte das famílias mais carentes.

2.1.2. O episódio da corrente e o imaginário popular

Como estratégia para contenção da formação o povoado de Ourilândia do Norte nos primeiros anos de implantação do Projeto Tucumã, a CONSAG utilizou o apoio de forças federais e contratou seguranças civis, os quais tinham poderes de deter e prender qualquer pessoa que tentasse entrar na área do projeto sem autorização ou que estivesse praticando qualquer atividade clandestina. Mesmo assim, os imigrantes decididos a ficar, não se intimidaram com os atos violentos e construíram barracos às margens da PA-279.

80

O “Episódio da Corrente”, na realidade foi uma série de acontecimentos ocorridos nos primeiros anos de formação dos núcleos urbanos de Ourilândia do Norte e Tucumã, relacionados à corrente fixada em 1980 na rodovia PA-279 no local denominado Picadão Andrade Gutierrez, que passou a dividir os dois povoados. Foi retirada somente em dezembro de 1982 após um movimento de garimpeiros e políticos locais. Na região da PA-279 há muitas pequenas histórias, cujo enredo relaciona-se à corrente era um verdadeiro símbolo de segregação promovida pela CONSAG. Os moradores da região fazem referência à corrente sempre que tratam dos eventos ocorridos na época.

...essa corrente que foi colocada ali com a finalidade de os garimpeiros e das pessoas que não tinham condição nenhuma não habitarem em Tucumã, que era um projeto realmente de “elites”, elite trazida principalmente do Rio Grande do Sul, os agricultores que viriam de lá eram agricultores abastados, mais ou menos em condições de fazer aqui um projeto de grande estrutura. Para isso eles não queriam absolutamente nem garimpeiro e nem prostituta lá e ai nós ficamos do lado de cá, e começamos o movimento para começar abrir as nossas primeiras ruas, e eles continuavam ali com guardas e a corrente, chegavam os veículos e parava ali pra ser revistados para passar pra o lado do projeto, acontece que isso ai nós achava que era um abuso e fomos ao superintendente do INCRA em Conceição do Araguaia e informamos pra ele como eram tratadas todas as pessoas que chegavam para adentrar ao projeto, nessa situação, veio uma das vezes aqui um superintendente Dr. Josildo e ele chegou aqui falou que daquele dia em diante, eu não me lembro a data, a corrente deixaria de existir porque ele estava ali com a ordem do presidente da república para retirar definitivamente a corrente, isto porque havia também um movimento nosso, que nós se reunia de quando em vez, que se colocou uma série de cartas pra o Sebastião Curió, que era Deputado Federal na época, e isso também teve grande influência lá pro Curió, que colocou a realidade pra o presidente do INCRA, que nesse tempo era Dr. Íris Pedro de Oliveira, e o Dr. Íris mandou que essa corrente fosse retirada imediatamente e isso foi feito pelo superintendente do GETAT.⁶⁶

À primeira vista, nada há de incomum em uma corrente na portaria de uma empresa privada, na qual se controla a entrada e saída de funcionários e visitantes com a finalidade de evitar o ingresso de pessoas estranhas aos seus interesses. Porém as coisas assumem outra conotação quando se tem um conjunto de configurações extremamente complexas, como foi o caso de todos os Grandes Projetos da Amazônia que foram marcados por uma política excludente, expropriatória e discriminatória das populações nativas, quer indígenas ou imigrantes desprovidos de toda a sorte.

⁶⁶ Manoel Romão da Silva - MA, entrevista *Op. Cit.*

Com a divisão delimitada pela “corrente” e pela seleção dos colonos que poderiam ingressar no Projeto Tucumã, criou-se assim o estigma de que Ourilândia era lugar de pobres e Tucumã era lugar de ricos. Essa visão é bastante comum nos depoimentos dos moradores de Ourilândia e Tucumã.

... era praticamente impossível ultrapassar a corrente pelos meios normais nas condições estabelecidas pela Andrade Gutierrez, se você não tivesse um poder aquisitivo maior ou então um conhecimento com o pessoal da Andrade Gutierrez, dificilmente você conseguiria avançar aquela corrente.⁶⁷

A situação de nós que queria ir pra Tucumã, nós não encontrava lugar em Tucumã pra nós. Nós que era do lado de cá da corrente, que era chamado assim: “é lá da corrente”, então esse pessoal era tido como pobre e pobre não podia passar pra lá porque não tinha dinheiro pra pagar o preço do lote, que na realidade se fosse pegar e cobrar, nós pegava e pagava, porque corria muito dinheiro na época, o negocio é que existia uma discriminação entre, vamos assim dizer, o costume deles e a cor da pele nossa, garimpeiro você sabe que é do jeito que é [mal vestido] e eles eram tidos como elite, umas pessoas limpinhas, bonitinhas e tudo mais, afinal de contas era, ééé...⁶⁸

Considerando significativas as memórias a respeito da corrente, é importante atentar para as interpretações da historiadora Marina Maluf de que a lembrança está “indissociavelmente ligada à vida social e, a sua historicidade, marcada por práticas, valores e sistemas de representações”⁶⁹. Portanto, induzir o leitor a pensar a memória social de um povo

⁶⁷ Romildo Veloso e Silva - MG, entrevista *Op. Cit.*

⁶⁸ Manoel Romão da Silva - MA, entrevista *Op. Cit.*

⁶⁹ MALUF, Marina. **Ruídos da História**: a reconstrução do passado. São Paulo: Siciliano, 1995.

a partir de apenas um ponto referencial é, no mínimo muito determinista, porque não dá conta da atuação de vários grupos sociais que se instalaram na referida área no início dos anos oitenta. Certamente que os depoimentos de pessoas como José Cândido da Silva, Manoel Romão, Giovani Martins, Dona Gerçi, Dona Dasinha, Maria das Neves Santos (Dona Neves), Randes Gregório, e muitas outras memórias de Ourilândia, são fontes preciosas que necessitam ser valorizadas e investigadas.

As diversas narrativas permitem perceber que a corrente teve e continua tendo uma relevante importância nas memórias sobre relações sociais entre as comunidades ourilandense e tucumaense. Do lado de Ourilândia, prevalece o discurso que tende à valorização das dificuldades superadas, o que, de certa forma, pode ter ajudado a unir a comunidade em torno de interesses coletivos evidenciados nos principais movimentos, especialmente dos mais carentes. Por parte de Tucumã, ficam bem definidas duas vertentes de argumentos sobre a existência da corrente: uma discriminatória, outra como exemplo de superação. Na vertente discriminatória prevalece a explicação de alguns moradores de Tucumã de que Ourilândia é lugar de preto, pobre e prostituta, ou seja, como registra o jargão popular, os “3 P”. A outra vertente se refere às conquistas obtidas pelos moradores de Ourilândia, por terem conseguido superar vários obstáculos para formar uma cidade, resistindo às tensões políticas internas e externas e, também, o engajamento em movimentos sociais que beneficiaram a região, inclusive, o município de Tucumã, tais como: a retirada da corrente, a invasão das terras do Projeto Tucumã, as manifestações contra a violência da CONSAG, a greve para recuperação da rodovia PA-279 em 1985 e as greves para conseguir energia elétrica, etc.

Nos depoimentos dos moradores mais antigos de Ourilândia do Norte, há uma constante referência à corrente, prevalecendo o argumento de que “Quando chegamos aqui na

Gurita, não passamos adiante porque não nos deixavam passar pela corrente”⁷⁰ com uma denotação de mágoa. Destaco que, em 1983, a corrente já havia sido retirada da entrada de Tucumã, porém muitos falam dela como se tivessem visto e vivido aquele momento. Embora se admita um relativo desgaste nas relações com Tucumã até os dias de hoje, na prática, existem bons exemplos de solidariedade entre as duas comunidades que superam, em muito, aos que tentam reproduzir a discórdia.

Fazíamos mutirão desde a derrubada das árvores, limpeza do terreno que ainda era mato até a construção [havia enormes castanheiras e coqueiros nos lotes e nas ruas]. Inclusive o Sr. Camilo nos ajudou muito, apesar da rivalidade de Tucumã [cidade dos ricos] e Ourilândia do Norte [cidade dos pobres] ele começou a nos unir e a vencer os preconceitos. Ele morava em Tucumã e vinha animar a comunidade, ele era músico e violeiro muito animado. Fizemos uma festa juntos [Ourilândia e Tucumã] para adquirir renda, tinha as rainhas: dos pilotos e dos comerciantes – Tucumã e a rainha dos garimpeiros – Ourilândia.⁷¹

Trazer a lembrança os atos de violência e segregação de um período passado tem servido a diversos propósitos, porém, nem sempre saudáveis. Apesar de não ter sido tão longo como parece, o tempo da corrente que separava o núcleo urbano de Ourilândia e Tucumã foi relativamente curto, aproximadamente um ano e meio. Contudo, simbolicamente, a corrente da discriminação entre as duas comunidades ainda persiste. Assim, não é difícil de entender o porquê da reprodução dos atos de violência praticados na corrente como se fossem cenas de um

⁷⁰ Aluiz Alves Alencar - CE, entrevista *Op. Cit.*

⁷¹ Gerci Maria Pereira - BA, entrevista realizada pelos alunos da 3ª série A, da Escola de Ensino Médio Madre Tereza de Jesus In: **História e memória:** retratos e relatos do município de Ourilândia do Norte – Pará. Ourilândia do Norte, 2002.

filme do tipo fardoeste ou episódios que remontam ao tempo da escravidão no Brasil, quando se aprisionavam o negro no tronco por vários dias.⁷²

Nas memórias da comunidade ourilandense, freqüentemente afluem este passado em que as pessoas eram impedidas de ter acesso à terra, à casa própria, ao direito de ir e vir, ao direito de definir os rumos de suas próprias vidas. Mesmo as pessoas que não chegaram a ver a corrente, referem-se a ela como se a tivessem visto e vivido pessoalmente todas as dificuldades que a mesma ocasionou.

Descrever este enredo de “verdades” e “mentiras” no episódio da corrente é um trabalho que pouco interessante nesse momento, pois acreditamos que o mais importante é o significado que estas memórias têm produzido na construção da história atual de Ourilândia do Norte. Janaína Amado, em artigo intitulado “O grande mentiroso”, aborda questões sobre tradição, veracidade e imaginação em história oral, a partir de um depoimento mentiroso tomado por ela durante a pesquisa sobre a Revolta do Formoso. Segundo a autora, para entender as conexões entre história e memória é preciso “... distinguir entre o vivido e o recordado, entre a experiência e a memória, entre o que passou e o que se recorda daquilo que se passou”.⁷³ Nesse sentido, ao pesquisar sobre o Episódio da Corrente, há que se observar as diferenças entre os fatos ocorridos e as memórias dos moradores de Ourilândia do Norte sobre os mesmos. É

⁷² Entre 1981-82 Ourilândia não tinha delegacia de polícia, portanto as pessoas que eram detidas na guarita da CONSAG e aprisionadas nos troncos que sustentavam a corrente. O casal conhecido por Chicão e Mariza, donos de prostíbulo, foram presos no tronco da castanheira da corrente porque estavam comprando ouro clandestinamente.

⁷³ AMADO, Janaína. “O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral”. Revista de História. São Paulo: UNESP, 1995. v. 14.

importante considerar as relações entre História e memória, visto que é tão difícil pensá-las separadamente: “recordar é viver” (...) Ao trazer o passado até o presente, recria-se o passado, ao mesmo tempo em que se projeta o futuro.”⁷⁴ Assim, é dever observar que todos os depoimentos são re-elaborações de um fato passado, cujas narrativas, aparentemente tão convictas, feitas por pessoas que não vivenciaram o fato, são construções de uma “memória herdada” que habita o cotidiano da comunidade ourilandense e que se traduz como resultado de luta, força e solidariedade. Pode ser ainda que muitas narrativas sobre a corrente assumam uma dimensão simbólica tão intensa, como havia nas de Fernandes, na criação de “Quixote Sertanejo”, em que se vivificava personagens e antigas tradições de períodos históricos diferentes, unificando: “história, memória e imaginação histórica”.⁷⁵

86

Para se entender esse estigma de lugar de pobres e lugar de ricos, a respeito das cidades de Ourilândia e Tucumã, é necessário observar que ambas as comunidades foram atingidas pela dureza da implantação dos Grandes Projetos na Amazônia, sendo importante entender as relevantes características dos dois núcleos urbanos, especialmente porque, após a retirada da corrente em 1982, as populações das duas cidades se constituíram em sua maioria por grande número de sem-terras, desempregados, marginalizados e perseguidos das mais diversas formas. No núcleo urbano de Tucumã surgiram os primeiros bairros periféricos com graves problemas sociais, a exemplo, dos bairros da Biquinha e Apertadinhos, os dois com denominação carregada de significados sugestivos a identificar os seus moradores, indicando uma omissão da CONSAG, visto que, os bairros “nobres” eram denominados com nomes de árvores e flores.⁷⁶

⁷⁴ *Ibid.*

⁷⁵ *Ibid.*

⁷⁶ Mapa do núcleo urbano de Tucumã. Arquivo da Prefeitura Municipal de Tucumã.

Vale ressaltar que a CONSAG expressava enorme interesse em manter a corrente na portaria do projeto e, para obter o apoio dos moradores, divulgava o discurso do caos. Tal discurso afirmava que o povo de Ourilândia invadiria não apenas o patrimônio da empresa, mas, o patrimônio de todos que moravam em Tucumã. Dessa forma, mesmo depois da retirada da corrente era interesse da CONSAG manter a divergência entre as comunidades, não apenas para manter o seu domínio territorial e político e excluir os moradores de Ourilândia, mas para fazer com que os moradores de Tucumã assimilassem as suas representações e não se percebessem como parte de um enredo de falsas promessas de um projeto fracassado desde sua implantação.

Nesse contexto, é possível admitirmos que a relação existente entre o passado e o presente faz com que as comunidades ourilandense e tucumaense estejam constantemente reativando e reorganizando suas lutas contra as injustiças das políticas governamentais excludentes e expropriatórias.

2.1.3. Movimento de ocupação das terras do Projeto Tucumã

O Projeto Tucumã resultou na concentração das terras e no agravamento da crise social existente na região, somando-se a isso a vinda de imigrantes de diversos estados do Brasil, estes desprovidos de condições financeiras para aquisição da terra. Essas pessoas, a partir dos seus sonhos de riquezas, terras e melhores dias para sua família, se organizaram em diversos grupos, sob a orientação da “idéia sindical” e do “cooperativismo” para projetar uma ofensiva sobre a área do Projeto Tucumã.

...O surgimento e ressurgimento de vários movimentos sociais no campo e na cidade (envolvendo garimpeiros, ex-colonos, ex-posseiros e índios) – apoiados ou não pela igreja e pelos partidos políticos – tencionaram o processo de produção do espaço, na década de 1980. Os movimentos sociais, vistos como atores sociais, passaram a competir com os demais atores sociais pelo controle da reestruturação espacial.⁷⁷

Os incentivos fiscais concedidos pelo governo federal por meio da SUDAM/Fundo de Incentivos da Amazônia, tiveram relevante importância para a economia de Ourilândia do Norte, contribuindo de forma decisiva para a implantação de grandes fazendas pecuárias na região Sul do estado do Pará, por grandes grupos econômicos. Em contrapartida, essa política foi responsável pelo agravamento da concentração fundiária e dos conflitos agrários dela decorrentes.⁷⁸

88

A *figura 15* mostra o mapa de loteamento do Projeto Tucumã após a sua invasão. As setas indicam as frentes de invasão e os quadros em negrito indicam os lotes que foram vendidos e escriturados pela CONSAG. A pequena quantidade comprova o fracasso das vendas e a mera concentração das terras por parte da empresa para especulação, os demais lotes do mapa se tornaram assentamentos da invasão.

Na segunda metade do ano de 1984, quando os garimpos não comportavam mais o intenso fluxo migratório e, também, já davam sinais de esgotamento, a atividade madeireira crescia rapidamente. Grandes madeireiras de Rio Maria e região, tais como, Maginco, Perachi, Angelim e outras, incentivaram e patrocinaram a invasão da área do Projeto Tucumã, com a finalidade de explorar as centenas de canteiros de mogno não

⁷⁷ COELHO, Maria Célia Nunes e COTA. *Op. Cit.* p. 59.

⁷⁸ IDESP - **Revista Municípios Paraenses** Nº. 10: Ourilândia do Norte, Belém, 1990, p.12.

explorados pela CONSAG. Para retirar os madeireiros e posseiros, em 1984 a empresa recorreu ao governo, solicitando o apoio da Polícia Federal. –Vários invasores foram retirados à força, retornando logo após a redução da repressão policial.

A CONSAG explorou sozinha durante dois anos a atividade madeireira, cuja finalidade era a exportação. Em seguida, concedeu a permissão para a madeireira Perachi Ltda., em um negócio obscuro e cheio de mistério, que assim permanece, visto que não foi possível descobrir dados mais precisos sobre a negociação entre as duas empresas. A transferência inexplicável do monopólio de exploração do mogno para a empresa Perachi não agradou outras empresas do ramo madeireiro, como a Maginco, Impar, Ipama e Nossa Senhora Aparecida⁷⁹ e uma série de outras pequenas madeireiras. A “vingança” dessas madeireiras foi o patrocínio de verdadeiras “expedições” de pesquisas de canteiros e mognos, e o patrocínio de pessoas para invadir as terras do projeto, sendo que os invasores deveriam assumir o compromisso de vender a madeira encontrada nos lotes invadidos.⁸⁰

A extração do mogno mudou o rumo da atividade comercial local, tornando possível a posse da terra após a exploração da madeira. A questão passa ser discutida em todos os lugares, nas ruas, bares, nas reuniões familiares, nas delegacias dos sindicatos e em letras de músicas cantadas nos encontros de comunidade:

A exploração do ouro e a madeira fazia poeira nessa região, o povo sofrido sendo iludido, pelas manchetes sem compaixão deixava as famílias pela migração, destruindo o

⁷⁹ A madeireira Nossa Senhora Aparecida era conhecida popularmente pelo nome de Madeireira do Angelim.

⁸⁰ Gonçalo Pereira Sampaio-CE. Entrevista *Op. Cit.*

solo sem compensação surgia no povo a grande ilusão, alguém preocupava com o seu irmão e se reunia pela oração.⁸¹

A CONSAG tentou fortalecer a segurança da fronteira do projeto criando novas guaritas de contenção e, para tal contratou, na época, empresas especializadas em segurança privada. Na confluência da vicinal Segurança com a vicinal Picadão (*Figura 15*) foi instalada uma guarita, o local ficou conhecido como “grotta da taca” em alusão aos atos de violência praticados pelos seguranças da guarita, os mesmos conduziam os detidos para a margem de um córrego ou “grotta” na forma da linguagem do nordestino e no local aplicavam uma surra ou “taca”. As medidas de reforço da segurança da CONSAG não surtiram efeitos e o movimento de invasão se intensificou em 1985, momento em que o governo federal retirou de vez os agentes da Polícia Federal do Projeto Tucumã. Com a saída da guarnição federal, a ocupação se tornou iminente. Em vista disso, o chefe do projeto recorreu à força policial do estado do Pará fazendo solicitação ao subdelegado de polícia civil de Tucumã, seguinte:

Prezado Sr

Tendo conhecimento da existência de rumores oriundos da localidade de OURILÂNDIA, de que após a saída do pessoal da POLÍCIA FEDERAL que no momento procede à retirada dos invasores da Gleba II do PROJETO TUCUMÃ – elementos daquela localidade voltariam a invadir a área, levando a cabo, caso fossem impedidos de nela ingressarem, ações depredatórias contra o Aeroporto e as estradas que dão acesso à cidade de TUCUMÃ, vimos através deste, solicitar de V.S^a, providências e ações no sentido de proteger a integridade física dos funcionários da Construtora Andrade Gutierrez S.A. e dos moradores de TUCUMÃ, bem como a inviolabilidade do Patrimônio da Empresa.⁸²

⁸¹ Gerci Maria Pereira - BA, entrevista *Op. Cit*

⁸² Ofício s/N^o enviado pelo Chefe do Projeto Tucumã ao subdelegado de polícia civil de Tucumã, em 11/03/1985, documento do arquivo pessoal de Rosângela Sampaio, Tucumã - Pará.

Apesar do visível fracasso do Projeto Tucumã, ainda no ano de 1984, os proprietários e diretores da CONSAG não queriam abrir mão dos milhares de hectares sob seu “controle”, nos quais, ainda, podemos incluir todas as riquezas vegetais e minerais.

A *figura 16* mostra o mapa das três glebas do Projeto Tucumã, equivalente aos 400.000 hectares. Nelas estavam previstas a implantação de três cidades, dois campos experimentais, escolas, estradas vicinais, etc. A cidade de Tucumã foi a única área urbana a ser implantada, foram construídas algumas escolas e estradas, mas com o início da ocupação em 1984 nada mais foi feito.⁸³

Em entrevista ao ex-subprefeito de Tucumã, também, ex-funcionário da CONSAG perguntamos se ouvira comentários de alguns amigos e moradores de Tucumã sobre o intento de ocupar o Projeto Tucumã, aproveitando-se do movimento iniciado em Ourilândia, cuja resposta foi incisiva:

Eu ouvi isso demais, mas depois que estava literalmente sendo ocupado, em áreas mais distantes não havia nem sequer uma picada de madeireiro, os caras que podia ir avançando com picada própria ou fazendo pista nesses mundos ai pra dentro e ocupando áreas maiores, dizem até, eu não posso provar que a própria Andrade disse “tem terra demais lá” e era amigos deles, amigos da Andrade mandava lá, né.⁸⁴

⁸³ Gonçalo Pereira Sampaio - CE, entrevista realizada em 16/07/2003.

⁸⁴ *Ibid.*



Figura 13: Rodovia PA-279, abril de 1985 – intrafegável. Foto do arquivo pessoal de Santino Belarmino Carson



Figura 14: Avião Búfalo da FAB carregado de viveres para abastecer Ourilândia e Tucumã no auge do inverno de 1985. Foto do arquivo pessoal do fotógrafo Otávio Gomes dos Santos.



Figura 15: Mapa parcial do Projeto Tucumã após a redistribuição das terras pelo INCRA. Fonte: INCRA SR(27) MARABÁ-PARÁ – Arquivo da Prefeitura Municipal de Ourilândia.



Figura 16: Mapa das glebas do Projeto Tucumã. Fonte: **Revista Tucumã**, 1982. Arquivo pessoal de Rosângela Sampaio. Tucumã – Pará.

Não se pode questionar que a maior pressão para a ocupação do Projeto Tucumã partiu do povoado da Gurita, tanto que as entrevistas realizadas nesta pesquisa denunciam um movimento de ocupação promovido por ex-funcionários da CONSAG e moradores de Tucumã descontentes e desiludidos com as falsas promessas do Projeto. Estes ex-funcionários, interessados no sucesso da ocupação liderada pelos moradores de Ourilândia, incitaram e até patrocinaram financeiramente ações organizadas nas quais indicavam aos invasores os melhores locais de acesso e com segurança mais frágil. Evidente que estes privilegiados ficaram com a melhor fatia de terras, pois a maioria tomou posse dos lotes na Gleba I não escriturados, nas proximidades de Tucumã e de Ourilândia ou tomaram posse de grandes áreas mais distantes para formação de fazendas.

A ocupação do Projeto Tucumã se tornou uma realidade a partir de 1985 e, para a análise deste fato, devemos observar uma série de fatores externos importantes, entre os quais, o novo rumo da política nacional com o fim dos governos militares e, enfim, a redemocratização política do Brasil, a campanha das “Diretas já”, o crescimento dos partidos de esquerda nas eleições estaduais de 1982 e a reorganização do movimento sindical. A respeito do período o senhor Sebastião afirma; “No período de 1985 assumi a delegacia do sindicato dos trabalhadores rurais de Ourilândia do Norte, pois logo em seguida surgiu a invasão da área da construtora Andrade Gutierrez com 400 mil hectares de terra, equivalente a 80 mil alqueires, que comportava oito mil famílias.”⁸⁵

No estado do Pará, Jader Barbalho pelo PMDB, assumiu o governo e os grupos políticos de Ourilândia se aliaram na sua maioria ao partido do governador e reivindicaram o apoio para resolver os problemas agrários e conter a onda de violência patrocinada pela CONSAG.⁸⁶

Segundo o migrante maranhense Manoel Romão, o processo de invasão do Projeto Tucumã se intensificou a partir de um boato, que gerou uma notícia da visita de um mensageiro do governador Jader Barbalho a Ourilândia e Tucumã, para ver de perto o problema e anunciou que o Projeto Tucumã não estava cumprindo com a sua finalidade social e, este deveria ser ocupado pelas pessoas que necessitassem de terra, de modo que estas deveriam se organizar em sindicatos.⁸⁷ Observe o trecho da entrevista com Manoel Romão:

...estávamos nós aqui com a delegacia do sindicato de São Felix do Xingu e com a subida do PMDB e a descida do PDS,

⁸⁵ Sebastião José Teixeira - GO, entrevista realizada 15/04/2003.

⁸⁶ Manoel Romão da Silva - MA, entrevista *Op. Cit.*

⁸⁷ A autoridade citada era o procurador do Estado do Pará Benedito Monteiro.

automaticamente, afluiu a Jader Barbalho determinadas forças políticas em que eles não aceitavam mais as críticas geradas pelas reclamações do Projeto Tucumã, e ai, então, foi que ele nos enviou aqui uma pessoa pra os sindicatos, ééé, que o sindicato filiasse as pessoas que nos procurasse para uma possível invasão, só que o mensageiro não nos disse isso, mas fez uma reunião ai, e dissera que o projeto era um projeto que na realidade não atendia a vontade do povo e que o povo tinha por todas as forças, desde quando estivesse organizado podia invadir.” O que aconteceu? Do outro dia em diante o sindicato encheu de gente querendo se filiar e tudo mais e aquela coisa, querendo se associar, se associar, associou quase que trezentas e poucas pessoas, e em seguida começou ali, onde é hoje a Construlândia, a se reunirem ali e a GETAT tava lá onde é a Praça [das Crianças] hoje, e eles se reuniram ali dizendo que iam invadir, que estavam se associando no sindicato porque era ordem de autoridade, não falava quem era a autoridade, diziam apenas que era pra eles se organizarem no sindicato pra poder invadir o Projeto Tucumã, e eu não sabia disso, quando eu vou saindo um rapaz me contou essa história, eu corri lá no GETAT e procurei pra eles, vocês estão sabendo dessa história que está acontecendo? Porque eu era o secretário do sindicato e o Jé Fiscal era o Delegado, só que o delegado não fazia nada, tudo caia nas minhas costas, tanto é que ele disse: não, não estou sabendo de nada não, portanto repara lá, tava tudo reunido, tinha uns oitenta homens lá reunido, ai ele foi lá e disse: como que é esse negócio? e responderam: vá procurar lá em Tucumã que você sabe como é que é o negócio, um homem veio de lá e disse que pra nós não sobra nada, estamos organizados, estamos amolando as foices aqui, porque vão cortar a terra, ai o cara do GETAT falou: vocês não podem fazer isso por enquanto, espera ai. Ele foi lá em Tucumã e quando chegou de lá o pessoal já tinha entrado aqui pelo Picadão e começado a cortar [as terras], nisso a CONSAG colocou segurança lá, (...), e quando o menino [do GETAT] chegou de lá [Tucumã] não tinha mais ninguém aqui, estava todo mundo no mato, o piseiro tá feio, ai eles disseram: o culpado é o teu sindicato. Meu sindicato não é culpado não, eu estou lá pra associar aquele que nos procura. Rapaz!!! ai sumiu o pessoal, ia pra lá e só vinha de noite, os vigilantes não acharam ninguém, deram uma volta no mato, mas não achavam ninguém, só achava as picadas cortadas no mato, quando chegava perto da estrada eles parava lá, dez braços antes da estrada eles paravam, dali

pra frente era cortado, e tanto que cortou daqui até o pé da Serra Mutucona.⁸⁸

O entrevistado afirma não ter tomado conhecimento do processo de invasão antecipadamente, bem como o delegado sindical Zé Fiscal. Essa hipótese pode ser considerada, pois, alguns membros de seu grupo costumavam seguir orientações mais conservadoras. Naquele momento, as suas ideologias pareciam estar distantes dos movimentos sociais, embora essa estrutura sindical não fosse totalmente “pelega”, tanto que uma hipótese deve ser admitida: que foi a partir das discussões dentro do sindicato e do próprio Conselho Comunitário que foi articulado o início do movimento de ocupação de 1985. Integrantes do sindicato rural organizavam passeatas pelas ruas do povoado para reivindicar a legalização das posses dentro do Projeto Tucumã. Desde a fundação do sindicato, algumas reuniões eram realizadas fora da sede sindical e do Conselho Comunitário⁸⁹. O senhor Severino, que era filiado ao sindicato e participante das reuniões do Conselho Comunitário, foi um dos articuladores da estratégia de ocupação. O local preferido para iniciar a invasão era a Gleba II, devido à localização afastada do núcleo urbano de Tucumã, uma média de dezoito quilômetros para a entrada pelo Picadão Andrade Gutierrez. Na entrevista de Manoel Romão, percebem-se as estratégias de resistência, como por exemplo, os considerados como “invasores” fazendo as picadas sem chegar à estrada vicinal ou ramal, isto com a finalidade de evitar o confronto direto com os seguranças da CONSAG. Assim, tiveram que se submeter às condições rigorosas, dormindo dentro da mata sem montar acampamentos que pudessem ser identificados por sobrevôos de aviões da empresa.

⁸⁸ Manoel Romão da Silva - MA, entrevista. *Op. Cit.*

⁸⁹ Associação dirigida por José Ribamar, Manoel Romão e outros.

Dentre as manifestações dos trabalhadores, em 1987, houve uma passeata organizada durante o auge das discussões em Brasília sobre as possibilidades de promover o assentamento dos posseiros da área do Projeto Tucumã (*Figura 17*).

Semelhante negativa sobre a não participação na invasão de 1985 se encontra nas entrevistas de membros da comunidade católica de Ourilândia, as quais são unânimes na alegação de que os padres não tiveram participação na invasão do projeto Tucumã, não dão notícia de sermões ou reuniões com formação ideológica sobre a posse da terra. Porém, um detalhe chama atenção na pesquisa: que apesar de não ter, na época, a Pastoral da Terra em Ourilândia e nenhum movimento político de oposição apoiado pela Igreja local e, ainda a afirmação de membros do conselho paroquial e de ciclos de orações de que não existiram incentivos por parte dos padres e membros da Igreja para a invasão do Projeto Tucumã, mesmo assim, observamos que o assunto da posse da terra estava sempre presente nos temas de seminários realizados em Altamira com lideranças católicas, e nas atividades da paróquia local.

98

Esse assunto, na maioria das vezes, aparecia de forma discreta, em textos de músicas e poemas exibidos nos encontros de comunidade. Nota-se, também, exagerada veemência nos elogios ao bispo da Prelazia do Xingu, Dom Erwin, em razão da sua luta em defesa da reforma agrária e pela ocupação da terra pelos menos favorecidos (pobres e indígenas).⁹⁰ Conseqüentemente, apontamos para a influência da Igreja Católica no processo de invasão das terras do Projeto Tucumã, mesmo que não se possa comprovar uma atuação direta e assumida, como aconteceu em outras cidades do Sul do Pará.

⁹⁰ Gerci Maria Pereira - BA, entrevista. *Op. Cit.*

O revide da CONSAG ao movimento de ocupação foi violento, a empresa reorganizou o sistema de segurança e instalou uma nova guarita, aproximadamente, no Km 12 do Picadão Andrade Gutierrez, a qual delimitava o Projeto Tucumã com Ourlândia. Vários episódios de violência foram registrados em todos os pontos da invasão. Contudo, o fato envolvendo o segurança Alberto Luz, conhecido popularmente como Serra, teve especial repercussão e fim trágico. O Serra tinha por costume intimidar moralmente suas vítimas. Em princípio de 1985, na guarita de segurança do Picadão, em companhia de outros seguranças abordou um grupo de suspeitos de invasores e realizou uma sessão de tortura psicológica, com o uso de armas forçou os “invasores” a tirar a roupa e dançar sob tiros, além de promover outras humilhações.

É certo que quando nós pensamos começou uma bagunça muito grande, porque o Serra, mais uns dois companheiros dele pegaram uns crentes lá na corrente [do Picadão], e fizeram os crentes tirar a calça e dançar, dançaram um carimbo, porque eles atiraram no pé do cara, o cara pulava pra cima e eles ficavam achando graça e atirando nos pés dos coitados, até que chegou o ponto de mandar eles embora, não bateram neles, mas fizeram essa sacanagem toda, crente não gosta de tirar a roupa, foi muita humilhação.⁹¹

Ao chegar ao conhecimento dos posseiros [invasores] à informação dos atos de humilhação e violência praticados pelo segurança Serra, se intensificou o clima de revolta e a insegurança no meio dos invasores. As emboscadas da Gutierrez eram cruéis. A gente ficava lá dentro do mato num barraco de lona e de quando em quando escutava um carro zoar naquelas estradas, a gente se entrincheirava com as espingardinhas e pensando: se eles vierem pesados é o jeito que tem a gente sair pesado também, ne? Porque a gente não vai morrer de graça aqui sem fazer nada, já que nós

⁹¹ Manoel Romão da Silva - MA, entrevista. *Op. Cit.*

estamos aqui vamos agüentar e nosso líder éramos nós mesmos, todo mundo era líder de cada um, não existia um líder da invasão, a invasão era todo mundo no mesmo sentido, de ter um pedaço de terra e construir um pouco da agricultura nessa região e esquecer um pouco do garimpo. E assim aconteceu.⁹²

Depois de alguns dias, precisamente no dia 20 de maio de 1985, o Serra esteve em Ourilândia e foi visto pelos posseiros, os quais se organizaram e o cercaram no prédio onde funcionava o GETAT, houve uma reunião com a presença dos membros do Conselho Comunitário, do Sindicato Rural e de autoridades policiais para tentar acalmar os ânimos. Então, o Serra se sentindo ameaçado, lançou mão de uma faca de cozinha e atingiu o lavrador Severino Andrade da Silva, um dos líderes do movimento de invasão. Daí em diante, o desejo de vingança foi levado às últimas conseqüências com o linchamento do Segurança Serra.⁹³

100

Estávamos entrando lá perto do rio Carapanãzinho, quando soubemos que o Serra estava humilhando as pessoas, e ficamos com medo, claro. Nós passamos a dormir em buracos que cavamos, ah... se ele fosse lá, ia se dá mal. Mas nem precisou porque pegamos ele lá na reunião da GETAT, ele quis ser valente, esfaqueou um colono e o pessoal matou ele a mão, jogando pau e pedra. (...) Depois ficamos com medo do que a Andrade Gutierrez podia fazer, mas foi um alívio, a repercussão foi grande e o pessoal não foi mais retirado de seus lotes, inclusive, eu fiquei com o meu lote de dez alqueires ali perto de onde é a vicinal P-7.⁹⁴

Mais de quinhentas pessoas que cercavam o prédio gritavam palavras de ordem incitando os populares presentes “vamos pegar”, “vamos tocar fogo”, etc. Nesse momento, o Serra

⁹² Aluiz Alves Alencar - CE, entrevista. *Op. Cit.*

⁹³ Manoel Romão da Silva - MA, entrevista. *Op. Cit.*

⁹⁴ Aluiz Alves Alencar - CE, entrevista. *Op. Cit.*

saiu armado com a faca e desesperado investiu contra a multidão, mas foi atingido por pedradas, socos e pauladas de todos os lados. Serra ainda tentou correr, mas só conseguiu cruzar a Avenida das Nações, mais ou menos uns duzentos metros do prédio do GETAT e sucumbiu.⁹⁵

A violência justificada na violência e justiça pelas próprias mãos, foi o único instrumento que os posseiros encontraram para marcar os limites de sua resistência. As experiências vividas nos anos anteriores foram delimitadas pelas disputas entre a população marginalizada e a CONSAG, tais experiências eram desfavoráveis a uma conciliação pacífica. Neste caso o confronto mais violento foi inevitável.

... a gente teve que reunir um grupo para invadir os direitos do monopólio da Gutierrez, que era quem comandava aquelas terras todas em volta de Ourilândia e Tucumã até a extremidade de São Felix, então, esta invasão se tornou um atrito diante dos poderosos e do pessoal que queria trabalhar e produzir na agricultura.⁹⁶

O linchamento público do Serra, apesar de ser um ato violento e condenável pela ótica da justiça legal, teve grande importância política e social para o cidadão ourilandense, pois, foi uma manifestação em que o povo mostrou que estava contra o mando da CONSAG e do monopólio sobre as terras do Projeto Tucumã. No entendimento da maioria dos moradores de Ourilândia, o fato serviu de aviso para os diretores da empresa, que ao usar a violência para proteger o Projeto Tucumã, acabavam incentivando os moradores de Ourilândia a usarem o mesmo recurso. O movimento de linchamento do segurança serviu como

⁹⁵ Manoel Romão da Silva - MA, entrevista. *Op. Cit.*

⁹⁶ Aluiz Alves Alencar - CE, entrevista. *Op. Cit.*

bandeira de resistência para concretizar o processo de ocupação e afirmação do povoado de Ourilândia, até então “ignorado” pela CONSAG.

O confronto é expresso na prática de violência por parte dos donos da terra contra os camponeses que buscam garantir sua identidade por meio dos apossamentos. Com sua condição ameaçada, os posseiros encontram na resposta a essa violência um meio legítimo de assegurar a sua sobrevivência social e histórica, transformando a busca pela sobrevivência numa luta política.⁹⁷

Em meados de 1986, o movimento tomou uma dimensão política mais séria e de maior repercussão nos meios de comunicação. Diversas matérias foram lançadas em jornais e revistas de grande circulação nacional, comparava a violência existente no movimento de ocupação do Projeto Tucumã ao do “Bico de Papagaio”,⁹⁸ levando preocupações para as autoridades do estado do Pará e do governo federal.

A CONSAG tentou conter a onda de ocupação com promessas de fazer o assentamento de algumas famílias gratuitamente dentro do Projeto Tucumã, no limite da cota prevista em contrato. A todo custo tentou convencer o senhor Severino a aceitar um lote documentado em troca de se retirar do lote que tomou posse. O trabalhador rural respondeu aos diretores da CONSAG: “aqui nesse lote tá minha vida, aqui tá meu sangue derramado, aqui representa a luta dos meus companheiros, eu não quero lote lá dentro eu quero é aqui”.⁹⁹ A

⁹⁷ FERNANDES Marcionila. **Os donos de terras**: trajetórias da União Democrática Ruralista - UDR. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

⁹⁸ O “Bico de Papagaio” é a denominação de uma região de fronteira entre o Estado de Tocantins, Maranhão e Pará, onde foi palco de graves conflitos pela posse da terra.

⁹⁹ Gonçalo Pereira Sampaio-CE. *Op. Cit.* p. 3, reproduzindo a fala de Severino Andrade da Silva.

tentativa por parte da empresa de conter a invasão do projeto por esta fórmula foi totalmente ineficaz.

A disputa na invasão do Projeto Tucumã chegou ao ápice pelo mês de junho de 1986, quando o Projeto Tucumã estava totalmente ocupado e os posseiros começaram a entrar em confronto com os colonos assentados pela CONSAG, e entre si mesmos. Este clima de insegurança permaneceu durante o ano de 1987. Daí em diante, a CONSAG sentindo-se derrotada em seu já fracassado projeto de colonização, abandonou o Projeto Tucumã. Com o apoio do governador Jader Barbalho, a empresa conseguiu em outubro de 1988 negociar com o governo federal uma gorda indenização no valor de Cz\$6,6 bilhões pelas benfeitorias realizadas na área do Projeto Tucumã. Essa quantia, somada aos lucros já obtidos com a extração e a venda para o exterior de milhares de metros cúbicos de mogno e com a venda de lotes urbanos e rurais de diversas dimensões, representou grande vantagem para CONSAG e em contrapartida o povo de Tucumã herdou por essa enorme quantia paga as “benfeitorias”: casas de madeira carcomidas pelo cupim, estradas vicinais intrafegáveis e graves problemas de ordem social.

2.2. Emancipação: luta comum entre os grupos

Tornar-se independente politicamente de São Felix do Xingu era o grande objetivo dos moradores do povoado de Ourilândia. Mas, para se chegar a essa condição, foram necessários longos anos de reivindicações e trabalho para obter sua própria organização política, econômica e social.

A avaliação da maioria dos moradores de Ourilândia era de que os políticos e autoridades de São Felix do Xingu, não se importavam com os problemas sociais do vilarejo, pois o descaso da sede municipal era gritante. No período de 1982-84 Ourilândia

possuía apenas uma escola de primeiro grau denominada Madre Carolina Friess (*Figura 18*), esta foi construída pela comunidade com o apoio do GETAT, somente em 1985 foi construída outra escola denominada Madre Tereza de Jesus, as duas eram da rede pública estadual de ensino e precariamente assistidas. Várias vezes os professores de Ourilândia ficaram seguidos meses sem receber pagamento de seus salários. Por esse motivo, em 1985 foi realizada a primeira greve de professores de Ourilândia.

A ausência do estado afetava outros serviços públicos, não havia assistência pública à saúde, exceto as investigações dos casos de malária que eram realizados pela Superintendência de Combate à Malária-SUCAM, os exames laboratoriais e os medicamentos para o tratamento eram gratuitos. Nos demais casos, os moradores tinham que recorrer a hospitais particulares ou sair para cidades maiores, a exemplo de Araguaina-TO ou Teresina-PI. Não existia sistema de abastecimento de água tratada, todos usavam poços tipo amazonas; não havia coleta de lixo; só havia energia elétrica quem possuía condições de comprar e manter um grupo gerador a diesel.

Dito de outra forma, não havia nenhuma infra-estrutura básica construída pela administração municipal de São Felix do Xingu em Ourilândia, até mesmo a abertura da maioria das ruas e avenidas da cidade foi feita pelos próprios moradores em mutirão (*Figura 19*). Algumas foram abertas pelo GETAT com recursos federais. As construções na época eram de tábuas, pau-a-pique ou barracos de lona.¹⁰⁰

A falta de assistência política, administrativa e social por parte de São Felix do Xingu, somada à problemática da invasão do Projeto Tucumã, a decadência da atividade garimpeira e da extração de mogno, surge um clima de descontentamento geral

¹⁰⁰ Manoel Pereira da Silva - PI. Entrevista realizada em 22/07/2003.

no povoado, de tal forma que se tornou prioritária a emancipação política, administrativa e territorial de Ourilândia do Norte.

Vale destacar que o processo de emancipação foi articulado simultaneamente ao processo de legalização do assentamento no Projeto Tucumã (PA-Tucumã). Todas as viagens realizadas por comissões de moradores de Ourilândia a Brasília ou a Belém levavam sempre as duas reivindicações prioritárias, como se uma fosse o complemento da outra.

2.2.1. A preparação para a emancipação e a discussão do nome do município

O primeiro passo para encaminhar o processo de emancipação de Ourilândia foi o de transformá-lo em distrito, isso ocorreu em meados de 1986, depois que uma comissão de moradores, composta por diversos segmentos da sociedade, foi a São Felix do Xingu na tentativa de convencer o prefeito municipal Filomeno de Sousa Reis sobre a necessidade de criação da agência distrital e da instalação de uma subprefeitura em Ourilândia. Várias justificativas foram apresentadas, entre outras, a de que seria mais fácil o prefeito manter o controle político na região com uma administração local, acalmando assim os ânimos contra a sede municipal. O prefeito Filomeno foi convencido e permitiu a elevação do povoado à condição de distrito e nomeou como subprefeito Francisco Pereira da Silva (o Paulista) porque foi o único nome, que apesar de ser rejeitado por alguns por ter escolarização baixa, conseguiu reunir maiores indicações dos membros do Conselho Comunitário e de outras lideranças locais, além de obter a afeição do prefeito.

Antes de ser elevado à condição de distrito, ocorreram os debates para se discutir o nome da localidade, visto que o nome

Gurita não era aceito pelas lideranças políticas. No decorrer do debate surgem dois nomes: **Ouricilândia**, defendido por José de Ribamar Feitosa (Riba ou Ribinha) e pelo Prefeito Filomeno, que segundo eles o nome representava duas homenagens, uma ao ouro e outra ao ouriço da castanha-do-pará; **Ourilândia**, defendido pela maioria dos membros do Conselho Comunitário e por outras lideranças locais como José Candido, Dr. Ari Braga, Geovani Martins Dias, etc.¹⁰¹ justificavam que o nome simbolizava a origem do povoado na extração do ouro. Nas ruas, os comentários eram favoráveis ao nome Ourilândia porque representava simbolicamente o ouro e a lama, o ouro na atividade comercial e a lama nas ruas e nas estradas, principalmente na PA-279 que ficava maior parte do ano intrafegável.

106

Depoimentos indicam que, durante a discussão para escolha do nome de Ourilândia, surgiu uma “mártir”, a senhora Ana Feitosa, cônjuge de José Ribamar Feitosa (conhecido como Riba ou Ribinha). O Riba empenhado em aprovar o nome Ouricilândia, não admitia opiniões contrárias, por esse motivo chegou a romper relações com seus companheiros do Conselho Comunitário e do Diretório do Partido que se manifestassem contrário a sua indicação. Várias reuniões foram realizadas para decidir a escolha do nome e não se chegava a um consenso, até que em uma dessas reuniões a esposa do Riba se manifestou favorável ao nome de Ourilândia e as demais mulheres acompanharam seu parecer. Veja no trecho abaixo na versão do Sr. Caçula como se deu o fato.

...quando nós discutíamos ainda no clube do paulista os nomes, se era Ourilândia ou se era Ouricilândia. O Riba queria que fosse Ouricilândia e a esposa dele se levantou contra e as mulheres acompanharam ela, porque ela tinha uma amizade tremenda, a

¹⁰¹ Manoel Romão da Silva - MA, entrevista. *Op. Cit.*

negrinha era de uma amizade tremenda, ela era amiga de todos nós, aí ela disse “negativo o nome mais certo é Ourilândia porque nasceu do ouro e da lama.” Ela se pronunciou assim, por essa razão chegou em casa e o marido deu uma pisa nela, ela pega uma corda e se enforca ali perto da pista do Seu Ernesto, onde hoje é o setor aeroporto (...) pra nós foi um exemplo ruim, porque ela era muito querida e ele também. Ele passou a ser uma pessoa desprezada pela comunidade inteira...¹⁰²

Percebe-se que há participação ativa das mulheres no processo político da comunidade, mesmo que reprimidas pelo machismo de grande parte dos homens da comunidade. Na atitude de Ana Feitosa, percebe-se a figura de uma mulher participativa e em condições de servir de exemplo para outras, tanto que a sua coragem resultou no crescimento da participação da mulher no movimento pró-emancipação, na legalização da ocupação do Projeto Tucumã, no movimento pró-energia elétrica, etc. Diversas mulheres se destacaram na história de Ourilândia, entre tantas podemos destacar Maria das Neves Santos Alves, Geraci Maria Pereira, Marise Eufartes, Deusila Teles Cunha, Lurdes Narciso, Márcia H. Casanova P. Veloso, Alderina Martins dos Reis Santos, Dona Cotinha, Dona Antonia, etc.

107

2.2.2. O projeto de emancipação

O primeiro abaixo-assinado dos eleitores de Ourilândia solicitando a emancipação política foi subscrito no período da campanha eleitoral de 1986 e entregue ao então candidato a deputado estadual Giovanni Queiroz, que oportunamente assumiu compromisso com as lideranças políticas de que, caso eleito, daria

¹⁰² Raimundo B. Caçula Cruz - PI, entrevista realizada em 19/03/2003.

entrada no projeto de emancipação de Ourilândia.¹⁰³ Foi eleito e logo após tomar posse na Assembléia Legislativa do Pará, no dia 21 de abril de 1987 apresentou ao plenário da Assembléia Legislativa a solicitação de emancipação de Ourilândia, anexando o referido abaixo-assinado.¹⁰⁴

No dia 04 de maio de 1987, o deputado Giovanni Queiroz protocolou o Projeto de Lei N° 035/87, por intermédio do memorando N° 33/87, propondo emancipação política, administrativa e territorial do povoado de Ourilândia do município de São Felix do Xingu, anexando novo abaixo-assinado contendo 118 assinaturas de eleitores. Esta proposta gerou o processo N° 118/87 de 09/05/87 que seguiu para a Comissão de Constituição de Justiça-CCJ.¹⁰⁵

Foi curioso encontrarmos nos autos do processo de emancipação de Ourilândia outro Projeto de Lei, protocolado pelo deputado estadual Alcides Correia na Assembléia Legislativa, sob o n° 049/87 de 11/05/1987 contendo abaixo-assinado subscrito por 141 eleitores de Ourilândia, o qual foi anexado ao projeto original de Giovanni Queiroz.¹⁰⁶ Esta duplicidade de projeto não refletia apenas o interesse eleitoreiro do deputado Alcides Correia, como também, uma possível divisão dos grupos políticos de Ourilândia que se digladiavam pelos méritos do importante feito, visto que o projeto original fora organizado pelo grupo do PDT, liderados pelo contador Geovani Martins Dias e apoiado pelo deputado de oposição Giovanni Queiroz.

¹⁰³ Salomão Lopes dos Santos - MA, entrevista realizada em 23/04/2003.

¹⁰⁴ Ofício s/n, de 14/04/1987. *Apud*. Processo N°. 118/87 – Assembléia Legislativa do Estado do Pará.

¹⁰⁵ Memorando N°. 33/87 de 04/05/1987. *Apud*. Processo N°. 118/87 – Assembléia Legislativa do Estado do Pará, pp. 14-16.

¹⁰⁶ Ofício s/n, de 11/05/1987. *Apud*. Processo N°. 118/87 – Assembléia Legislativa do Estado do Pará, pp. 27-34.

Durante a tramitação do projeto na comissão, várias diligências foram solicitadas para obter informações sobre: eleitorado de São Felix do Xingu, eleitorado do povoado de Ourilândia, relatórios de viabilidade econômica da Secretária de Estado da Fazenda – SEFA, o índice populacional e territorial fornecido pelo IBGE e o consentimento do Legislativo Municipal de São Felix do Xingu.¹⁰⁷

Todas as solicitações foram atendidas. A justiça eleitoral se manifestou afirmando que o número de eleitores era suficiente para emancipação; a SEFA apresentou uma relação de 161 empresas sediadas no povoado de Ourilândia, confirmando a viabilidade econômica;¹⁰⁸ os vereadores da Câmara Municipal de São Felix do Xingu aprovaram a Resolução N° 005 de 05 de junho de 1987, declarando-se favoráveis ao desmembramento;¹⁰⁹ o IBGE apresentou o memorial descritivo da área a ser desmembrada e informou que a localidade possuía mais de 10.000 habitantes, além disso, o órgão sugeriu a alteração do nome do município, para Ourilândia do Norte, uma vez que já havia um município no estado do Paraná com o nome Ourilândia.¹¹⁰ Além desses dados oficiais, o subprefeito Francisco Pereira da Silva – o Paulista – enviou relatório contendo informações importantes coletadas nos arquivos da subprefeitura.¹¹¹

¹⁰⁷ Ofícios N° 1028/87, 1029/87, 1030/87, 1031/87. *Apud*. Processo N° 118/87 – Assembléia Legislativa do Estado do Pará, pp. 19-25.

¹⁰⁸ Relação de firmas existentes em Ourilândia, SEFA. *Apud*. Processo N° 118/87. *Op. Cit*. pp. 39-43.

¹⁰⁹ Resolução N° 05, de 05/06/1987/MD/CMSFX. *Apud*. Processo 118/87 *Op. Cit*. p. 63.

¹¹⁰ Ofício N° 338/87/IBGE, de 20/06/1987, *Apud*. Processo 118/87. *Op. Cit*. p. 57.

¹¹¹ Declaração do subprefeito Francisco Pereira da Silva, de 27/04/87. *Apud*. Processo 118/87 – *Op. Cit*. p. 43.

Quando o processo já continha todas as informações solicitadas pela Comissão de Constituição de Justiça-CCJ, o relator Deputado Carlos Cavalcante, no dia 19 de outubro de 1987, se manifestou favorável à emancipação de Ourilândia do Norte. Após a aprovação do relatório na CCJ, foi expedido o Decreto Legislativo nº 11/87 autorizando a consulta plebiscitária na área interessada.¹¹²

Um grande feito das lideranças políticas de Ourilândia foi a formação de uma comissão pró-emancipação, contendo mais de quarenta pessoas, com a finalidade realizar viagem a Belém, objetivando sensibilizar os deputados estaduais e o então governador Hélio Gueiros sobre a importância e a viabilidade da emancipação política, administrativa e territorial de Ourilândia do Norte.

A comitiva, foi acompanhada pelos deputados estaduais Paulo Dutra e Carlos Cavalcante, que a conduziu pelos gabinetes dos deputados na Assembléia Legislativa e ao Palácio do Governador, além disso, o deputado Paulo Dutra levou os representantes de Ourilândia a diversos órgãos do governo do estado para apresentar outras reivindicações na área de educação, saúde, segurança pública e assistência social.¹¹³ Como resultado dessa viagem, Ourilândia obteve a promessa do governador Hélio Gueiros de que, tão logo a Assembléia aprovasse o Projeto de Lei de emancipação, ele sancionaria imediatamente sem objeções (*Figura 20*).

¹¹² Decreto Legislativo Nº. 11/87, de 03/03/87. *Apud* Processo 118/87. *Op. Cit.* p. 79.

¹¹³ Manoel Romão da Silva - MA, entrevista. *Op. Cit*



Figura 17: Carreata organizada pelo sindicato dos trabalhadores rurais em 1987. Foto do arquivo pessoal de Sebastião José Teixeira.



Figura 18: Inauguração das três primeiras salas de aulas da Escola do GETAT, depois denominada de Madre Carolina Friess, 1983. Foto do arquivo pessoal de Geraci Maria Pereira.



Figura 19: Moradores de Ourilândia reunidos na rua em 1983, o que evidencia as péssimas condições das vias públicas no início do povoado. Foto do arquivo pessoal de Gerci Maria Pereira.



Figura 20: reunião no Gabinete do Governador Hélio Gueiros com os deputados Paulo Dutra e Carlos Cavalcante, lideranças de Ourilândia e Tucumã com a finalidade de solicitar a emancipação dos dois municípios, 1988. Foto do arquivo pessoal de Gerci Maria Pereira

Nessa mesma reunião, o governador não assumiu compromisso semelhante com a comitiva de Tucumã e falou diretamente para o deputado Carlos Cavalcante de que não poderia emancipar um projeto da CONSAG, comentou que primeiro deveria ser resolvido o problema do Projeto Tucumã, para então se discutir o processo de emancipação do mesmo. A palavra do governador causou um susto para os representantes de Tucumã que estavam na reunião, porque viram a possibilidade de Ourilândia se tornar município e Tucumã continuar como distrito de São Felix do Xingu, mas graças ao empenho das lideranças políticas de Tucumã, em especial do ex-subprefeito Gonçalo Pereira Sampaio, do subprefeito Luis Otávio Montenegro, dos membros do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tucumã - CODETUC e dos deputados estaduais Carlos Cavalcante, Paulo Dutra, Manoel Franco e do Deputado Federal Carlos Vinagre (PMDB-PA), os impedimentos relacionados ao Projeto Tucumã foram sanados no final de 1987. Com a negociação definitiva da CONSAG com o governo federal sobre a indenização das benfeitorias do Projeto Tucumã, as duas cidades foram emancipadas na mesma data.¹¹⁴

Outra grande vitória dessa viagem foi na área de saúde. A comitiva, com apoio de parlamentares, conseguiu levar para Ourilândia um hospital público com capacidade para 40 leitos e totalmente equipado, que, infelizmente, nunca funcionou como fora concebido.¹¹⁵

A consulta plebiscitária foi realizada no dia 24 de abril de 1988 pela 18ª Zona Eleitoral de Altamira, visto que São Felix não dispunha de Zona Eleitoral. O plebiscito se deu num clima de festa cívica, os grupos políticos estavam empenhados em obter o resultado exigido por lei, ou seja, votos favoráveis superior a

¹¹⁴ Gonçalo Pereira Sampaio-CE, entrevista. *Op. Cit.*

¹¹⁵ Manoel Romão da Silva - MA, entrevista. *Op. Cit.*

50% do eleitorado. Apuradas as vinte e uma urnas o resultado foi o seguinte: Sim 4.655 votos; Não 62 votos; em branco 43 votos; nulos 44 votos, votantes 4.804 eleitores.¹¹⁶

A população rarefeita e a falta de trafegabilidade das estradas vicinais do município de Ourilândia do Norte dificultaram a votação e poderiam ter prejudicado a consulta plebiscitária. No final da década de 1980 o refluxo migratório já era bem expressivo, a cidade perdia moradores. Era bem comum garimpeiros tirarem título eleitoral e, em seguida, mudarem de região, devido à própria mobilidade da atividade garimpeira ou por retornarem ao seu local de origem.

Às vésperas do plebiscito, Ourilândia contava 9.536 eleitores alistados e havia entregado apenas 5.879 títulos.¹¹⁷ A preocupação, naquele momento, era que não comparecessem às urnas o número mínimo 4.769 eleitores na votação. Depoimentos sugerem que esses eleitores não compareceram no dia da votação e, por volta das 14h, a votação estava perigosamente baixa. Nesse momento as lideranças políticas se uniram e ordenaram as seus representantes nas mesas receptoras de votos “que dessem um jeito para aumentar a votação”¹¹⁸. Enquanto isso, cuidavam da fiscalização externa às secções. A votação seguiu na linha recomendada pelas lideranças, sendo que alguns mesários votavam dez, quinze ou vinte vezes, assinavam a lista de votação com a mão direita, com a mão esquerda, usavam as digitais, etc. Comenta-se que até assinaram a lista de votação com uma caneta presa à boca para produzir assinaturas diferentes.

Dessa forma, analfabeto assinou a lista de votação, e alfabetizado assentou a digital. Em resumo, algumas

¹¹⁶ Ata de apuração de votos da consulta plebiscitária, de 24/04/1988, 18ª Z.E-Altamira. *Apud*. Processo Nº.118/87. *Op. Cit.* pp.95-97.

¹¹⁷ Declaração do subprefeito Francisco Pereira da Silva, de 27/04/87. *Op. Cit.*

¹¹⁸ Manoel Romão da Silva - MA, entrevista. *Op. Cit.*

irregularidades para terminar na coroação de uma longa luta política e social. Por mais que as atitudes ilícitas praticadas na votação da consulta plebiscitária não se justificassem, por outro lado devemos refletir se seria justo manter uma comunidade carente, sem oportunidades, esquecidos pelos grandes projetos e pelo poder público, vivendo em condições subumanas para o cumprimento de uma postura positivista da retidão da lei, isto sim, na visão do ourilandense seria falsa ética e falso moralismo.

Enviado o resultado da votação do plebiscito para a Assembléia Legislativa, o Projeto de Lei foi encaminhado para votação no plenário e obteve aprovação no dia 09 de maio de 1988. Logo em seguida foi enviado para sanção do governador Hélio da Mota Gueiros que o fez no dia 10 de maio de 1988 através da Lei Estadual 5.449/1988 publicada no Diário Oficial do Estado-DOE, edição N^o 26.225 de 12/05/1988¹¹⁹ e novamente publicado na edição N^o 26.350 de 17/11/88, retificando os erros da primeira publicação. Dessa forma, Ourilândia do Norte adquiriu sua independência política, administrativa e territorial se tornando município, o que certamente significou uma nova configuração do mapa do Sudeste paraense (*Figura 21*).

Nesse mesmo ano da emancipação política de Ourilândia do Norte, houve eleições municipais, de modo que os grupos e os partidos políticos se organizaram para eleger o primeiro prefeito e vereadores do novo município.

Após a emancipação de Ourilândia do Norte três povoados – Banach, Novo Brilhante e Cumaru – ficaram sob jurisdição de Ourilândia do Norte, por uma questão meramente territorial, ou

¹¹⁹ Diário Oficial do Estado-DOE N^o. 26.225 de 12/05/1988, *Apud*. Processo 118/87. *Op. Cit.* p. 100.

seja, porque faziam parte do território de São Félix do Xingu e ficavam mais próximo da sede municipal de Ourilândia do Norte. Estes povoados foram de extrema importância para a emancipação de Ourilândia do Norte, pois os mesmos somavam grande número de habitantes contabilizados ao número populacional deste município (*Figuras 21, 22 e 23*).

Os povoados não mantinham relações econômicas, políticas e sociais com a comunidade ourilandense, de tal modo que eles tinham receio de pertencer a Ourilândia do Norte. Não por puro preconceito, mas devido à localização geográfica desfavorável em relação à Ourilândia. As distâncias destes povoados da sede municipal de Ourilândia eram muito grandes. O povoado de Banach ficava a 200 quilômetros de Ourilândia com acesso precário pelo município de Rio Maria. Já Cumaru localizava-se a menos de 80 quilômetros de Redenção e a mais de 300 quilômetros de Ourilândia e Novo Brilhante que ficava perto de Cumaru. Devemos considerar, também, as péssimas condições de trafegabilidade da PA-279, como única via de acesso a estas vilas. Assim, podemos compreender porque ficaram apreensivos e resistiram à idéia de pertencerem a Ourilândia do Norte.

No decorrer do processo de emancipação de Ourilândia, os povoados de Banach e Novo Brilhante reivindicaram que pelo menos fossem elevados à condição de distritos para que pudessem ter uma administração local e o mínimo de independência da sede municipal. A reivindicação, apesar de justa, foi negada por recomendação do IBGE.¹²⁰

A permanência dos povoados de Banach, Cumaru e Novo Brilhante como distrito de Ourilândia do Norte, com certeza foi prejudicial aos mesmos, da mesma forma que foi prejudicial para

¹²⁰ Processo N^o.118/87 – Assembléia Legislativa do Estado do Pará, p. 57.

Ourilândia permanecer quase dez anos dependendo da sede de São Felix do Xingu. Portanto era impraticável que as populações destas localidades permanecessem sob a administração da Prefeitura de Ourilândia. O povoado de Banach se tornou município através da Lei 5.761, de 16/10/1993. Cumarú do Norte emancipou-se, por intermédio da Lei 5.710, de 27/12/1991, sendo integrado a este o povoado de Novo Brilhante.¹²¹

Após a divisão territorial, o mapa de Ourilândia do Norte foi re-elaborado, sendo que com a nova configuração mais de dois terços do município ficou coberto pela reserva indígena Kayapó (*Figura 24*).

A título de esclarecimento é relevante corrigir uma informação apresentada na obra *Urbanização da Amazônia*¹²² de que Ourilândia deu origem ao município de Água Azul do Norte. Tal afirmativa é equivocada, uma vez que o território do município de Água Azul do Norte inicialmente pertenceu ao município de Marabá, passando a Parauapebas e, deste, conquistando sua emancipação através da Lei estadual Nº 5.694, de 13/12/1991. Portanto, nunca pertenceu a Ourilândia do Norte.¹²³

¹²¹ A lei estadual 5.710, de 27/12/1991 cria o município de Cumarú do Norte e a lei estadual, Nº. 5.761, de 16/10/1993 cria o município de Banach. Arquivo da Prefeitura de Ourilândia do Norte.

¹²² SOUZA, Carlos Augusto da Silva. *Op. Cit.*

¹²³ Lei estadual Nº. 5.694, de 13/12/1991, ver também, os mapas oficiais dos municípios de São Felix do Xingu, Ourilândia do Norte e Água Azul do Norte.



Figura 21: Mapa do sudeste do Pará, AMAT, 1989. Arquivo pessoal de Salomão Lopes dos Santos.

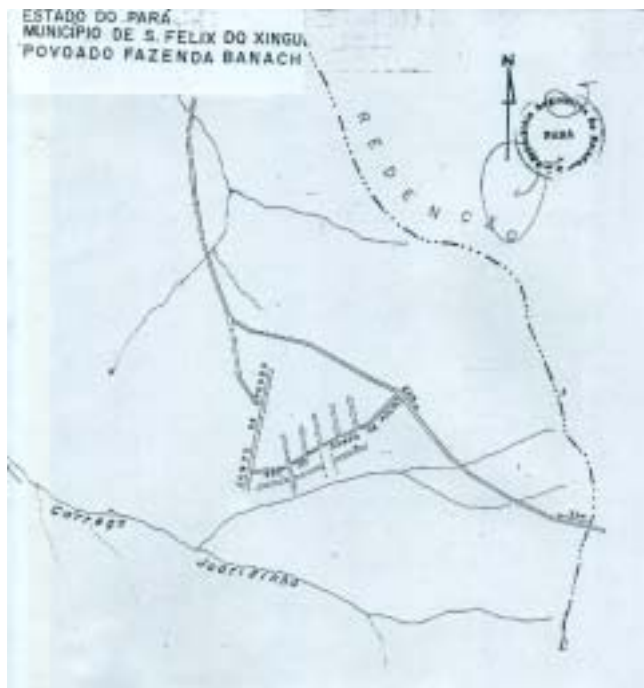


Figura 22: mapa do núcleo urbano de Banach. Extraído do Processo Nº.118/1987 – Assembléia Legislativa do Estado do Pará.

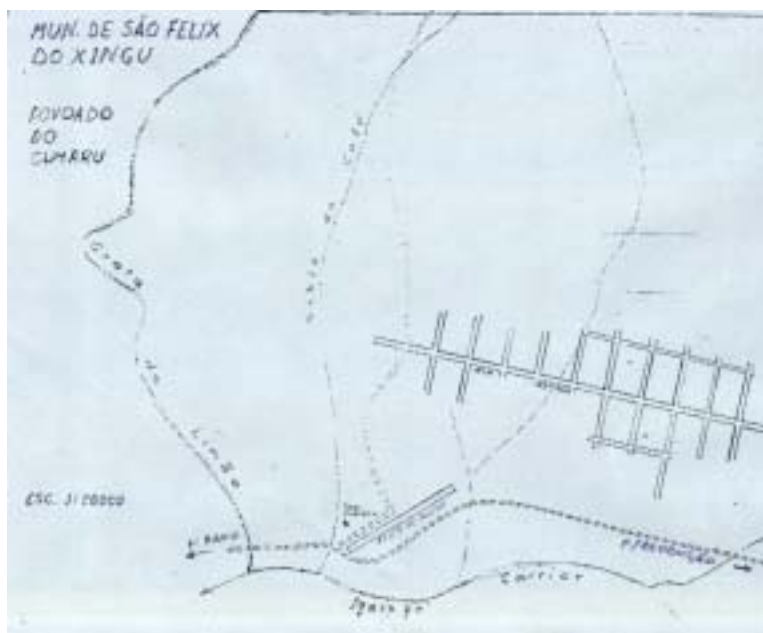


Figura 23: Núcleo urbano de Cumaru, 1987. Extraído do Processo Nº 118/1987 – Assembléia Legislativa do Estado do Pará

MUNICÍPIO DE OURILÂNDIA DO NORTE



Figura 24 : Mapa de Ourilândia do Norte, 1984. Arquivo da Prefeitura Municipal de Ourilândia do Norte.



Conclusões

O processo de formação e urbanização de Ourilândia do Norte também se deu em função da política dos grandes projetos e, assim deve ser entendido como parte de um processo mais amplo, haja vista que a região com as suas reservas naturais estava a serviço do capitalismo monopolista nacional e internacional, com a produção voltada para o mercado externo. Como resultado desta política, observamos algumas práticas de expropriação das terras do homem amazônico, indígenas ou imigrantes e a exploração exaustiva da sua força de trabalho.

Os direitos de apropriação e concentração dos meios de produção da região foram concedidos a grandes empresas nacionais ou internacionais pelo governo federal, sem levar em consideração as necessidades econômicas e sociais de grande parcela da população migrante ou residente na região e, o mais grave, sem nenhum respeito ao meio ambiente e aos movimentos sociais. Assim contribuíram para o aumento das doenças, epidemias e da violência nas cidades e no campo.

122

Constatamos que a urbanização de Ourilândia do Norte teve forte ligação com a existência do Projeto Tucumã, o qual estava inserido no Programa Grande Carajás e fazia parte da política dos Grandes Projetos da Amazônia e com a intensa garimpagem que se desenvolveu durante a década de 80. Apesar da importância destas duas atividades da exploração do ouro e dos projetos de assentamentos privados deixamos em evidência que ambas estavam direcionadas aos interesses do capitalismo monopolista e expropriatório.

Na segunda parte revelamos os movimentos sociais, procurando interpretar as relações sociais entre os diversos grupos de imigrantes oriundos das diferentes regiões do país. Dessa forma, procuramos demonstrar como pessoas com diferenças culturais tão acentuadas, como é o caso do povo de Ourilândia do Norte, se uniram para construção de uma nova comunidade. Vale ressaltar que vários movimentos que se

destacaram na formação de Ourilândia do Norte, nos dias atuais, ainda persistem em existir com uma nova roupagem. No entanto, tais problemas não diferem muito dos enfrentados pelos primeiros imigrantes.

O sucesso do povoado de Ourilândia do Norte deve-se especificamente à participação de seus moradores, tanto que alguns diretores da Andrade Gutierrez, a princípio imaginavam que Ourilândia seria apenas um “fogo de palha”, como informou Gonçalo Pereira Sampaio.¹²⁴ Os portadores de arrogância e de preconceito contra o garimpeiro e pessoas pobres, não podiam conceber que estes fossem capazes de organizar uma cidade. Mas a história mostrou que esses homens e mulheres com poucos conhecimentos e muitos interesses em comum se unindo e, muitas vezes, contribuindo financeiramente para abrir ruas, organizar documentos ou fazer contatos políticos, conseguiram derrotar a CONSAG para se fixar na terra. Todas estas lutas e sonhos se concretizaram na criação do município de Ourilândia do Norte.

São merecedores de especial destaque todos aqueles pioneiros que resistiram a diversos obstáculos para a formação do município Ourilândia do Norte, mesmo aqueles que objetivavam interesses políticos ou comerciais.

Aliás, vale a referência ao fato curioso, de que todas as pessoas que estiveram envolvidas diretamente nos movimentos em prol da emancipação de Ourilândia do Norte, não conseguiram se eleger a nenhum cargo político, prefeito ou vereador, tais como: Giovani Martins, José Candido, Manoel Romão, Manoel Piauí, Boca-Rica, Raimundo Caçula, Dona Cotinha, Aluiz Alencar, Dona Gerçi, Dr. Edgar, Dr. Ari Braga, Dr. Arimateia, Afonso Cristo, Andreilino e tantos outros. Até

¹²⁴ Ex-funcionário da CONSAG a subprefeito de Tucumã em 1985.

mesmo o deputado Paulo Dutra, que se empenhou na fase final de aprovação do projeto de emancipação na Assembléia Legislativa, não conseguiu se reeleger para o mandato seguinte e recebeu poucos votos em Ourilândia nas eleições de 1990. Enfim, este fracasso político não deve jogar no abismo do esquecimento as lutas destes homens e mulheres, conhecidos ou anônimos, pioneiros que tornaram realidade o sonho de criar uma cidade acolhedora: Ourilândia do Norte.

Após percorrer na trilha do processo histórico vivenciado em Ourilândia do Norte na década de 1980, considera-se importante alertar sua sociedade de que as experiências vividas devem ser freqüentemente lembradas, de modo que, impulsionada pelo seu passado de luta, consiga reivindicar o seu sagrado direito de participar das discussões sobre a implantação de futuros projetos.

124

Apesar da cidade ter nascido no bojo de políticas *vindas de cima* e, portanto, impostas à sociedade ourilandense, não significa que seus moradores assumam e aceitem o papel de meros espectadores das transformações que possam ser processadas no município.

É importante ressaltar que mesmo em um contexto bastante nublado pela chegada constante de novos imigrantes, pela ação do Projeto Tucumã, por conflitos movidos por interesses pessoais e por políticas que não visavam atender o conjunto da sociedade, os moradores de Ourilândia compartilharam experiências construindo sentimentos de pertencimento e não cruzaram os braços esperando que suas situações fossem resolvidas por fenômenos naturais.

Na realidade, atuaram como sujeitos sociais ativos na luta pela defesa de seus interesses, demonstrando que as experiências coletivas e a construção de identidade, principalmente nos momentos mais difíceis, são armas imprescindíveis em lutas como aquelas experimentadas pelos moradores de Ourilândia do Norte

na década de 1980, contra o poder do grande capital, ávido pelas terras, minérios e madeiras da região e disposto a funcionar como um rolo compressor contra todos que estivessem em seu caminho como, por exemplo, indígenas, lavradores da própria região e migrantes que atuaram em vários setores.

Interpretar a história de Ourilândia do Norte é um exercício de reflexão e reconhecimento da ação de sujeitos sociais que investiram tudo na busca de dias melhores, enfrentando uma política excludente causadora de graves crises sociais. Assim, a persistência, o trabalho e a luta organizada em grupos, significaram para alguns a vitória e o sucesso tão desejado, enquanto que, para os que se deixaram abater, restou o fracasso e o destino de partir em novas migrações.

Que esta mesma reflexão seja feita pelo conjunto da população ourilandense, cuja a maioria é composta por imigrantes de todos os estados do Brasil, com finalidade de concretizar sonhos de construção de uma sociedade mais justa e solidária.



Fontes utilizadas

4.1. Revistas e apostilas

Governo do Estado do Pará. Instituto de Desenvolvimento Econômico Social do Pará – IDESP. **Revista Municípios paraenses**. Nº 10: Ourilândia do Norte. Belém, 1990.

Construtora Andrade Gutierrez. **Tucumã**: revista de divulgação, 1982. Arquivo pessoal de Rosângela Sampaio.

Construtora Andrade Gutierrez. **Apostila de informações sobre o Projeto Tucumã**. Arquivo pessoal de Rosângela Sampaio.

4.2. Documentos oficiais

128

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Números da migração para o município de São Felix do Xingu, Ourilândia do Norte e Tucumã**. Amostra do Censo Demográfico de 1980 e 1991.

MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDAM. **II Plano Nacional de Desenvolvimento**: Programa de Ação do Governo para a Amazônia. Belém, 1976.

Mapa do núcleo urbano de Tucumã, 1981. Arquivo da prefeitura municipal de Tucumã.

Mapa do núcleo urbano de Ourilândia do Norte, 1984. Arquivo da prefeitura municipal de Ourilândia do Norte.

Mapa do Projeto Tucumã após a redistribuição das terras pelo INCRA, 1981. Arquivo do INCRA SR (27). Marabá-Pará.

Mapa de localização do Projeto Tucumã e sua ligação com outros pólos de desenvolvimento. Apud. Revista Tucumã, 1982:05.

Mapa das glebas do Projeto Tucumã, *Apud. Revista Tucumã*, 1982. p.07.

Mapa do Sudeste do Pará, 1989. Arquivo da Associação dos Municípios do Araguaia Tocantins - AMAT.

Mapa do núcleo urbano do povoado de Cumarú, 1987. *Apud.* Processo Nº. 118/87. Assembléia Legislativa do estado do Pará. **Projeto de Lei Nº. 035/87** – dispõe sobre a emancipação política, administrativa e territorial do povoado de Ourilândia, no município de São Felix do Xingu, região do Sul do Pará, 1987. p.51.

Mapa do núcleo urbano do povoado de Banach, 1987, *Apud.* Processo Nº. 118/87. Assembléia Legislativa do estado do Pará. **Projeto de Lei Nº. 035/87** – dispõe sobre a emancipação política, administrativa e territorial do povoado de Ourilândia, no município de São Felix do Xingu, região do Sul do Pará, 1987. p.52.

Mapa de Ourilândia do Norte, 1994. Elaborado pela Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM, **Laboratório de Sensoriamento Remoto**. Arquivo da Prefeitura de Ourilândia do Norte.

Assembléia Legislativa do Estado do Pará. Processo Nº. 121/87. **Projeto de Lei Nº. 023/87** – dispõe sobre a emancipação política, administrativa e territorial do povoado de Tucumã, no município de São Felix do Xingu, região do Sul do Pará, 1987.

Assembléia Legislativa do Estado do Pará. Processo N° 118/87. **Projeto de Lei N°. 035/87** – dispõe sobre a emancipação política, administrativa e territorial do povoado de Ourilândia, no município de São Felix do Xingu, região do Sul do Pará, 1987.

Lei Estadual N°. 5.694, de 13/12/1991 que cria o município de Água Azul do Norte. Arquivo da Prefeitura Municipal de Ourilândia do Norte.

Lei estadual N°. 5.710, de 27/12/1991 que cria o município de Cumarú do Norte. Arquivo da Prefeitura de Ourilândia do Norte.

Lei estadual N°. 5.761, de 16/10/1993 que cria o município de Banach. Arquivo da Prefeitura de Ourilândia do Norte.

130

Lei estadual N°. 5.694, de 13/12/1991 que cria o município de Água Azul do Norte, arquivo da Prefeitura de Ourilândia do Norte.

4.3 - Jornais

A Tribuna do Araguaia, 1982. “Projeto Tucumã”, recorte com a identificação do periódico incompleta. Arquivo pessoal de Rosângela Sampaio.

A Província do Pará, 05 de junho de 1986.

A Província do Pará, 09 de maio de 1987.

A Província do Pará, 11 de maio de 1987.

A Província do Pará, 21 de julho de 1987.

O Liberal, 01 de junho de 1986.

O Liberal, 24 de junho de 1986.

O Liberal, 30 de abril de 1987.

Diário do Pará, 05 de junho de 1986.

Jornal do Brasil, 31 de março de 1987.

O Globo, 10 de maio de 1987.

4.4 - Fontes orais

Antonio Maciel Marques - MA. Entrevista realizada em 11/07/2003.

Aluiz Alves Alencar - CE. Entrevista realizada em 11/05/2003.

Gerci Maria Pereira - BA. Entrevista realizada pelos alunos da 3ª série A, da Escola de Ensino Médio Madre Tereza de Jesus: In: *História e memória*: retratos e relatos do município de Ourilândia do Norte – Pará. Ourilândia do Norte, 2002.

Gonçalo Pereira Sampaio - CE. Entrevista realizada em 16/07/2003.

Manoel Pereira da Silva-PI. Entrevista realizada em 22/07/2003.

Maria da Piedade P. dos Santos - MG. Entrevista realizada em 08/03/2003.

Randes Gregório da Silva - MG. Entrevista realizada em 13/03/2003.

Raimundo Borges Caçula Cruz - PI. Entrevista realizada em 19/03/2003.

Manoel Romão da Silva - MA. Entrevista realizada em 15/04/2003.

Maria das Neves Santos Alves-RO. Entrevista concedida a Robério Alencar Marinho em 30/08/1993.

Romildo Veloso e Silva-MG. Entrevista realizada em 25/02/2003.

132 Sebastião José Teixeira-GO. Declaração escrita cedida 15/04/2003.

Sinval da Silva-MG. Entrevista realizada em 06/03/2003.

Salomão Lopes dos Santos. Entrevista realizada em 23/04/2003.



Referências bibliográficas

ACEVEDO, Rosa & CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas:** guardiões de matas e rios. 2º ed. Belém: Cejup, 1998.

AMADO, Janaina. **O grande mentiroso:** tradição, veracidade e imaginação em história oral. História. Vol. 14. São Paulo: UNESP, 1995.

AMPARO, Paulo Pitanga e PINTO, Emanuel. Breve descrição e apreciação de alguns programas na Amazônia. In: COSTA, José Marcelino Monteiro da. (Org). **Os grandes projetos da Amazônia:** impactos e perspectivas. Cadernos do NAEA, Nº. 9. Belém: 1987, UFPA.

ANTONACCI, Maria Antonieta, “Cultura, trabalho e meio ambiente: estratégias do “empate no Acre”. In: **Revista Brasileira de História**, Nº 28. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994.

BENATTI, José Heder. “Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?” In: COELHO, Maria Célia Nunes e COTA, Raymundo Garcia (Orgs.) **Dez Anos da Estrada de Ferro Carajás:** UFPA/NAEA, Belém, 1997.

BECKER, B. K. “A fronteira em fins do século XX. Proposições para um debate sobre a Amazônia”. In: **Espaço e debates**, Nº 13. Edição especial. Ano IV, 1984.

BENTES, Rosineide. “Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia: os grandes projetos” In: **Pará. Secretaria de Estado de Educação. Estudos e problemas Amazônicos:** História Social e Econômica e temas especiais. Belém: SEDUC/ IDESP, 1989.

CASTRO, Edna. “Industrialização, transformações sociais e mercado de trabalho”. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila A.F.; MAIA, Maria Lúcia Sá (Orgs.). **Industrialização e Grandes Projetos**: desorganização e reorganização espaço. Belém: UFPA, 1995.

COELHO, Maria Célia Nunes. “A CVRD e o processo de (re) estruturação e Mudança na Área de Carajás”. In: COELHO, Maria Célia Nunes e COTA, Raymundo Garcia (Orgs.) **Dez Anos da Estrada de Ferro Carajás**: Belém, UFPA/NAEA, 1997.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. “Crise, Grandes Projetos e perspectivas da Amazônia”. In: COSTA, José Marcelino Monteiro da. (Org). **Os grandes projetos da Amazônia**: impactos e perspectivas. Cadernos do NAEA. Nº. 9. Belém: 1987, UFPA.

COTA, Raymundo Garcia. **Carajás**: a invasão desarmada. Petrópolis: 1984.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.

EMMI, Marília Ferreira e MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. “De Posseiros a Assenados: Precariedade das ações fundiárias no Sudeste do Pará”. In: COELHO, Maria Célia Nunes e COTA, Raymundo Garcia (Orgs.) **Dez Anos da Estrada de Ferro Carajás**: Belém, UFPA/NAEA, 1997.

FEBVRE, Lucien. “**Vers une autre histoire**”, **Revue de Métaphysiques et de Morale**, LVI-II, 1949; atualmente também in combats pour l’histoire. Paris: Colin, 1953 (Trad. Port. Lisboa: presença, 1997), pp. 419-38.

FERNANDES Marcionila. **Os donos de terras: trajetórias da União Democrática Ruralista – UDR.** Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FERREIRA, Marieta Moraes. “Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil”. In: **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, Nº 1, 1998, p. 19-30.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. “O sindicalismo dos posseiros”. In: **A identidade do posseiro: elementos de caracterização social trabalhados pelo movimento sindical do Sudeste do Pará.** Belém: UFPA/NAEA, 1991.

HALL, Anthony L. **Amazônia, desenvolvimento para quem?** Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

136

HÉBETTE, Jean. “A luta sindical em resposta as agressões dos Grandes Projetos”. In: HÉBETTE, Jean. (Org.) **O Cerco está se fechando.** Belém. UFPA/NAEA, 1990.

LU, Martin. “Os Grandes Projetos da Amazônia: integração e sub-desenvolvimento”. In: COSTA, José Marcelino Monteiro da. (Org.). **Os grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas.** Cadernos do NAEA, Nº. 9. Belém: UFPA, 1987.

MAGALHÃES, Antônio Rocha. “Impactos de Grandes Projetos na Amazônia”. In: COSTA, José Marcelino Monteiro da. (Org.). **Os Grandes Projetos da Amazônia: impactos e perspectivas.** , Cadernos do NAEA, Nº. 9. Belém: UFPA, 1987.

MALUF, Marina. “A Reconstrução do Passado”. **Ruídos da História:** São Paulo: Siciliano, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____, José de Souza. “A reprodução de capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil”. In: **Tempo Social**. São Paulo: USP, junho/1995.

MATHIS, Armin. “Garimpagem de ouro e valorização da Amazônia: a formação de relações de trabalho sob o quadrângulo mercado internacional, Estado Nacional, região e natureza”. **Papers do NAEA**. N.º. 101, UFPA, 1998.

_____, Armin. “Garimpagem de ouro na Amazônia. Belém-Pará-Brasil”: **Papers do NAEA**. N.º. 36. UFPA, 1995.

_____, Armin. “Garimpagem de ouro na Amazônia: atores sociais, relações de trabalho e condições de vida”. Trabalho apresentado no GT “Trabalho e Sociedade”. **VII Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste**. João Pessoa, 24-26/05/1995.

137

MOURA, Hélio A. de; MOREIRA, Morvan de Mello. **As Migrações na Região Norte em Período Recente**: Uma Abordagem Preliminar. Instituto de Estudos Sobre a Amazônia – IESAM e Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ. In: www.fundaj.gov.br/docs/text/migrano.doc.

MOURÃO, Leila. **Memória da indústria paraense**. Belém: FIEPA, 1989.

PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia**: o anteato da destruição. Belém: Grafisa, Belém, 1977.

_____, Lúcio Flávio. “A Desorganização dos Grandes Projetos”. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila A.F.; MAIA, Maria Lúcia Sá (Orgs.). **Industrialização e Grandes Projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: UFPA, 1995.

POSSAS, Luis Mário. **Estruturas de mercado em oligopólio**. São Paulo: Hucitec, 1985.

REYDON, Bastiaan Philip e MUNIZ, Maria José Dantas. **Colonização na Amazônia: uma alternativa para seu desenvolvimento sustentável?**”. <http://www2.eco.unicamp.br/projeto/mterras/amazonia.pdf>.

SANTOS, Milton. Os Grandes Projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila A.F.; MAIA, Maria Lúcia Sá (Orgs.). **Industrialização e Grandes Projetos: desorganização e reorganização espaço**. Belém: UFPA, 1995, pp. 14-20.

SANTOS, Taís de Freitas. (Org.) **Dinâmica populacional das regiões Norte e Nordeste: questões atuais e emergentes**. Recife: FJN, Editora Massangana, 2000. www2.fundaj.gov.br/docs/text/pop2001-16.doc.

SAHA, Suranjit Kumar. “Industrialização e mudança social na área de Marabá – Carajás na Amazônia Oriental Brasileira”. In: COELHO, Maria Célia Nunes e COTA, Raymundo Garcia (Orgs.) **Dez Anos da Estrada de Ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

SILVA, Aluizio Tadeu Marques da. **A Política de Desenvolvimento Regional para a Amazônia – 1980/1985**. 2ª

Ourilândia do Norte. Grandes Projetos, garimpos e experiências sociais na construção do município

ed. Belém: Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará, 1994.

SOUZA, Carlos Augusto da Silva. **Urbanização na Amazônia**. Belém: UNAMA, 2000.

